

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

O LEGADO OLÍMPICO
DA RIO 2016

O PESO DO 'SOFT POWER'
NA DINÂMICA GLOBAL

DEBATE

O Brasil possível

Armínio Fraga e Paulo Hartung discutem
os rumos da política e da economia

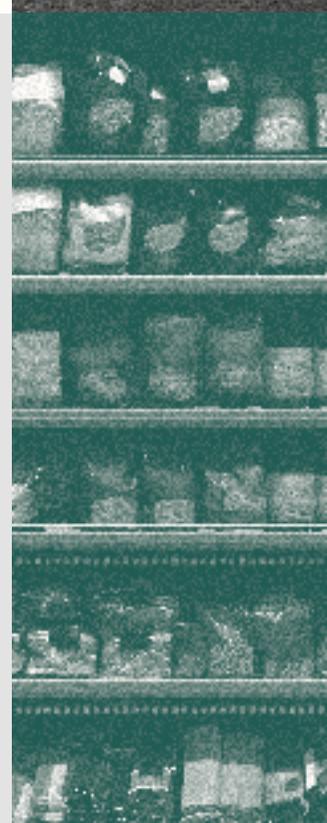
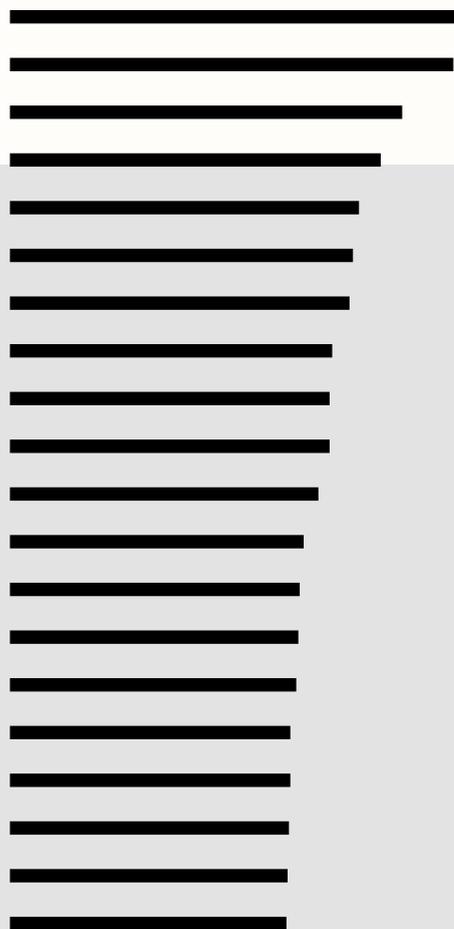
HISTÓRIA

Ícone da fotografia

Os 100 anos de Thomaz Farkas
e as lentes que focaram o novo

Cidades do presente, olhos no futuro

ÀS VÉSPERAS DAS ELEIÇÕES,
DILEMAS ANTIGOS CONVIVEM
COM NOVAS DEMANDAS
QUE MUDAM A FORMA
DE PENSAR A GESTÃO



**EU QUERO SOLUÇÕES
QUERO EDUCACIONAIS
APERFEIÇOAR TALENTOS CUSTOMIZADAS**



sp.senac.br/corporativo

Quer investir no
desenvolvimento
da sua equipe e
alcançar excelência
nos serviços prestados?

QUER SABER?
SENAC!



ATENDIMENTO
CORPORATIVO



PRESIDENTE **Abram Szajman**

PRESIDENTE EXECUTIVO **Ivo Dall'Acqua Júnior**

SUPERINTENDENTE **Antonio Carlos Borges**



www.agenciatutu.com.br

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA **Demian Russo**

DIRETORES CRIATIVOS **Clara Voegeli e Demian Russo**

EDITOR **Lucas Mota** MTB 46.597/SP

SUBEDITORA **Dimalice Nunes**

REVISÃO **Flávia Marques**

DIRETORA DE ARTE **Carolina Lusser**

EDITORES DE ARTE **Paula Seco,
Joélson Buggilla e Yana Parente**

DESIGNERS **Annima de Mattos, Débora Faria,
Maria Fernanda Gama e Jônia Caon**

PROJETO GRÁFICO **Paula Seco**

CAPA **Paula Seco**

COLABORAM NESTA EDIÇÃO **Agência BORI, Antonio Lanzana, Caio Magri, Carol Castro, Herbert Carvalho, Humberto Dantas, Leandro Garcia, Luciana Alvarez, Marina Esteves, Pâmela Brito e Vinicius Mendes**

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Maria Izabel Collor de Mello

CONSULTORIA DE CONTEÚDO **André Rocha**

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem a opinião da **PB**. Sua publicação tem como objetivo privilegiar a pluralidade de ideias acerca de assuntos relevantes da atualidade.

revistapb.com.br

FALE COM A GENTE
publicacoes@fecomercio.com.br

IMPRESSÃO **Eskenazi**



PB | #482

É nas cidades que as pessoas vivem. Por isso que, nesses lugares, emergem os problemas que impactam diretamente a vida da população. Às vésperas das eleições municipais, dilemas tradicionais como insegurança pública e mobilidade dividem a atenção com questões mais recentes, como crescimento desordenado e eventos climáticos extremos. As soluções passam por repensar as cidades do presente com os olhos voltados para o futuro, sem reproduzir fórmulas antigas em novos contextos.

A FecomercioSP acredita que a informação aprofundada é um instrumento fundamental de qualificação do debate público sobre assuntos importantes, não só para a classe empresarial, mas para toda a sociedade. É nesse sentido que a Entidade pública, bimestralmente, a Revista **Problemas Brasileiros**.

 revistapb.com.br

 [@pbrevista](https://www.facebook.com/pbrevista)

 [@pbrevista](https://www.instagram.com/pbrevista)

 [@problemasbrasil](https://www.tiktok.com/@problemasbrasil)

 [@canalUMBRAZIL](https://www.youtube.com/canalumbrazil)

 OUÇA O NOSSO PODCAST! DISPONÍVEL NO SITE DA REVISTA, DEEZER, SPOTIFY E SOUND CLOUD.

**QUANTAS IDEIAS
SÃO DEBATIDAS
EM UMA ENTREVISTA?
E EM 600?**

ASSISTA, LEIA E DESCUBRA COM A GENTE.



UM BRASIL 10 ANOS

O PAÍS ANALISADO
EM ENTREVISTAS
QUE FAZEM
HISTÓRIA

UMA REALIZAÇÃO
FECOMERCIOSP

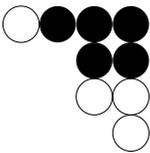


@canalumbrasil

BAIXE A VERSÃO DIGITAL

umbrasil.com/publicacoes

”



8 Debate
ARMÍNIO FRAGA E PAULO HARTUNG DISCUTEM
LIMITES E ALTERNATIVAS PARA O BRASIL

14 Capa
ELEIÇÕES 2024: O QUE AS CIDADES QUEREM?

22 Artigo
“DA INCERTEZA À TRANSIÇÃO”,
POR ANTONIO LANZANA

23 Artigo
“A CONTA NÃO FECHA”,
POR IVO DALL’ACQUA JÚNIOR

24 Publieditorial
REFORMA ADMINISTRATIVA
CONTRA A DESIGUALDADE

26 Notas | Site PB
CONTEÚDOS EXCLUSIVOS

28 Legado olímpico
O QUE RESTOU DA RIO 2016?

32 Artigo
“COMIDA DE VERDADE PARA QUEM
MAIS PRECISA”, POR AGÊNCIA BORI

34 Geopolítica
‘SOFT POWER’, A REDISTRIBUIÇÃO
GLOBAL DE FORÇAS

38 Artigo
“AS EMPRESAS E O CLIMA EXTREMO”,
POR CAIO MAGRI E MARINA ESTEVES

40 Educação
MATEMÁTICA REAL

42 PB indica
PARA LER, RELER,
VER E OUVIR

43 Artigo
“CLARICE LISPECTOR: RELIGIÃO E
TRANSCENDÊNCIA”, POR LEANDRO GARCIA

44 História
CENTENÁRIO DE THOMAZ FARKAS

46 Charge
PROMESSAS DE CAMPANHA



O futuro é agora

Saem prefeitos, entram prefeitos, os desafios das cidades vão se transformando e, em alguma medida, refletindo os problemas estruturais do País. Se, num passado recente, as longas filas da saúde pública eram o assunto mais reclamado pelos eleitores, a preocupação com a insegurança pública e a escalada da violência se tornou prioritária nos dias atuais.

Somado a esses aspectos graves, à medida que a urbanização desordenada avança, é preciso, cada vez mais, enfrentar e planejar os fatores que afetam o futuro sustentável dos centros urbanos. Os impactos das mudanças climáticas saltam aos nossos olhos e, além de piorar a qualidade de vida dos cidadãos, produzem consequências nefastas no comércio de bens, serviços e turismo. Tome-se como exemplo a tragédia nos municípios gaúchos.

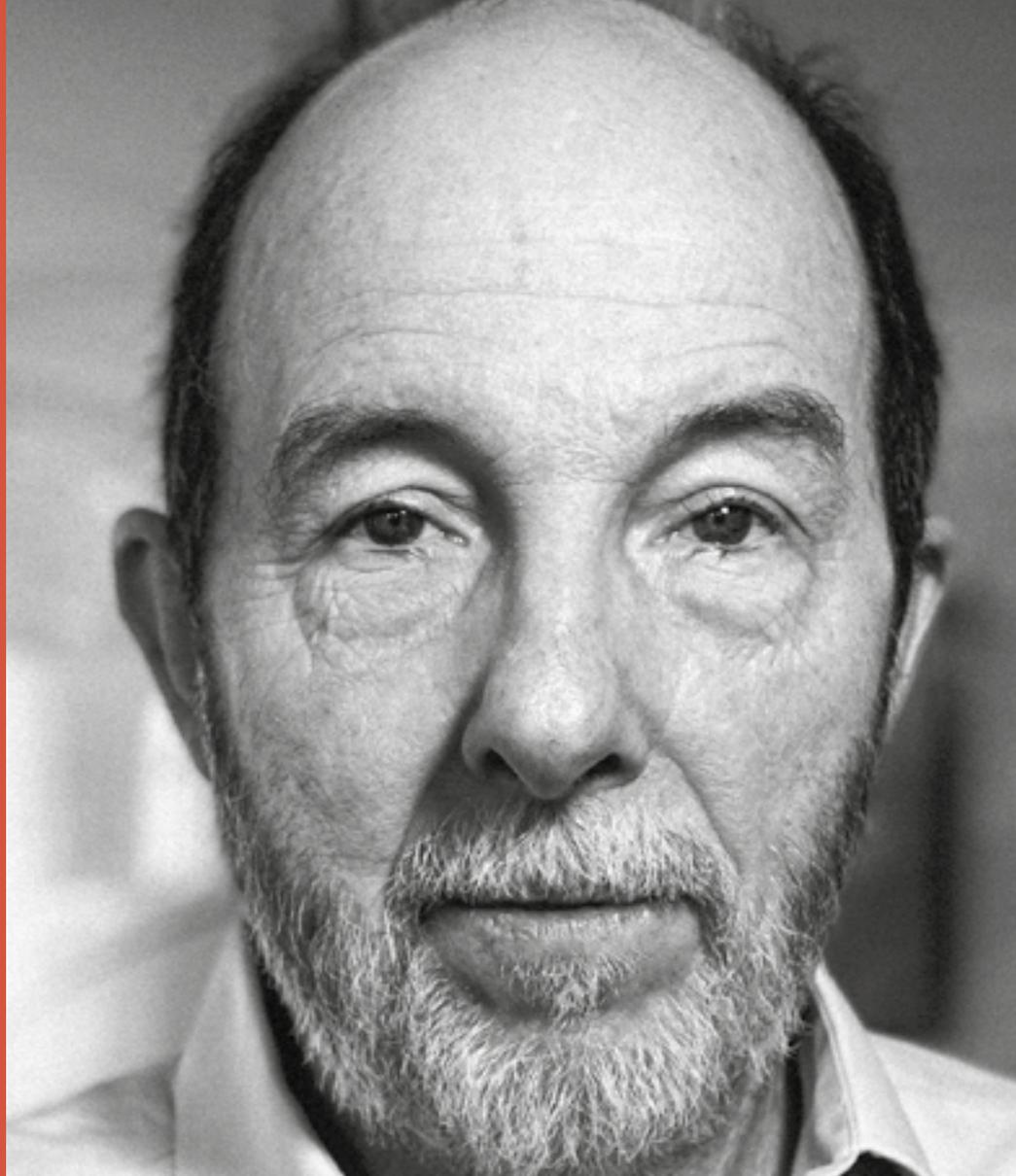
É nas cidades que as pessoas vivem e ali acontecem os fatos reais do dia a dia. Portanto, às vésperas de mais um pleito municipal, esta edição de **PB** analisa alguns dos entraves econômicos, sociais e ambientais que deverão constar na agenda dos prefeitáveis. E nos parece evidente que, embora haja complicações transversais ao País, realidades específicas também estejam testando a resiliência das gestões municipais. O uso racional do orçamento público é uma das tarefas obrigatórias aos gestores. A carência no acesso a serviços essenciais é uma manifestação da desigualdade que mina o potencial das cidades como motores de desenvolvimento. Mais do que isso, escancaram a necessidade de reformas administrativas. A fim de qualificar o debate eleitoral, a FecomercioSP somou forças com a sua rede sindical empresarial para apresentar as prioridades dos setores representados. Propostas essas que fomentam o empreendedorismo e visam ao desenvolvimento sustentável da capital e do interior paulistas.

Este número traz, ainda, uma conversa entre dois respeitados economistas com experiências inequívocas na gestão pública: Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central, e Paulo Hartung, ex-governador do Espírito Santo. Em debate exclusivo promovido pelo Canal UM BRASIL, eles conversam sobre as viabilidades política e econômica nacionais.

No fim das contas, equacionar os contrastes das cidades é agir para o Brasil reduzir a sua persistente desigualdade.

ABRAM SZAJMAN,

presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP



O BRASIL POSSÍVEL

mediação
HUMBERTO DANTAS

edição de texto
DIMALICE NUNES

Sentados lado a lado, o economista, ex-presidente do Banco Central (Bacen) e sócio-fundador da Gávea Investimentos, **ARMÍNIO FRAGA**, e o também economista e ex-governador do Espírito Santo (ES), **PAULO HARTUNG**, refletem sobre as fragilidades e virtudes da agenda político-econômica brasileira. Dentre os temas debatidos, questões que vão ditar os rumos nacionais nos próximos anos e inquietam quem já esteve no centro do poder. Indivíduos esses que, agora, observam de certa distância e podem refletir sobre erros, acertos e possibilidades de correções de rota. Da autonomia do Bacen ao Sistema Único de Saúde (SUS); do populismo das atuais lideranças políticas à Reforma Tributária; do potencial de protagonismo nacional na transição energética ao equilíbrio das contas públicas. O debate foi promovido pelo Canal UM BRASIL, uma realização da FecomercioSP em parceria com o Renova Brasil e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Confira, a seguir, os principais trechos da conversa.

Humberto Dantas – Qual é a importância de se discutir o equilíbrio fiscal e quanto estamos mais próximos ou distantes de algo minimamente sustentável?

ARMÍNIO FRAGA — Orçamento é um espaço no qual se definem prioridades. É também um espaço em que as finanças públicas, do ponto de vista mais macro, são definidas, e isso significa, em última instância, a vida financeira do Estado brasileiro — de longe, o maior devedor na economia. Essa discussão é muito árida, mas tem a realidade das pessoas na veia. E são coisas muito básicas. Por exemplo, em um mundo onde o orçamento é bagunçado e as coisas não se mostram transparentes, as prioridades não são adequadamente definidas, e sabemos quem perde: o pobre, sempre. É muito curioso quando vemos um governo de esquerda reagindo mal ao orçamento. Nós sabemos que, no Brasil, a bagunça orçamentária tem um impacto tremendo e é uma fonte de incerteza para todo mundo. Pessoas têm medo de perder o emprego, porque a economia não está funcionando direito. Na minha opinião, poderia crescer 4% ao ano, mas luta por 2%. A ideia da disciplina fiscal conversa com alguns aspectos muito claros. Um exemplo: enquanto vigorou no Brasil, em maior ou menor grau, a dupla responsabilidade fiscal, o que aconteceu com os juros após a Lei de Responsabilidade Fiscal, promulgada em 2000, e o teto de gastos? Foram lá para baixo. Hoje, para pegar dinheiro emprestado por dez anos, o governo paga mais 6,3% de inflação. Naquele momento, caiu abaixo de 4%, chegando a 3%. Assim, é uma ideia maravilhosa. É benesse para todo mundo, não só para os favoritos do rei.

Dantas – Vivemos, por vezes, conflitos internos em governos, uma espécie de sinais trocados. Quão desafiador é esse cenário?

PAULO HARTUNG — Acho que, primeiro, precisamos resgatar a função da política com “P” maiúsculo, como uma atividade civilizatória. Essa é a primeira questão. Quando uma pessoa diz que não gosta de política, na verdade, está criando uma avenida para ser ocupada, muitas vezes, pelo pior que existe nessa atividade. Por isso é importante uma escola de formação de líderes. Precisamos de gente qualificada que rompa com o populismo, convença e motive a população e siga uma caminhada certa, no rumo certo. Nosso grande problema, inclusive da América Latina, é que, entre a certa e a fácil, estamos tomando a última direção. E está dando errado. Nós precisamos ousar e de líderes bem preparados. Não importa se é de esquerda, direita ou centro.

Dantas – Existe uma discussão no Brasil acerca da construção de uma lógica tributária minimamente razoável. A Reforma Tributária virou de quase inimaginável para real. Falta confiança das partes envolvidas para chegarmos a um parâmetro mais universalizado?

FRAGA — Para chegar ao que seria a Reforma Tributária perfeita — se é que existe —, falta uma conexão da discussão com a realidade, com as implicações, com as relações causais. Mas isso é muito complexo. Eu tendo a olhar, no caso da Reforma Tributária que chegou, como um grande avanço. Eram 27 legislações, uma por Estado, cada um tinha uma enciclopédia impenetrável, com exceções que faziam parte de um outro problema. Não vejo solução que não caminhe paralelamente à educação em geral da nossa população, com o objetivo de que as pessoas, com o tempo, possam se informar melhor e se engajarem politicamente por meio do voto. Isso é mais importante do que parece, pois está entre um Brasil que cresce a 2% com crises recorrentes, e um Brasil que cresce a 4% ao ano, baseado na teoria econômica mais simples que existe. No País, praticamente tudo tem espaço para melhorar.

Dantas – Existe um desalinhamento do jogo democrático entre a agenda eleita para o Poder Executivo e a composição ideológica do Parlamento. Quanto isso também é um desafio para o equilíbrio econômico?

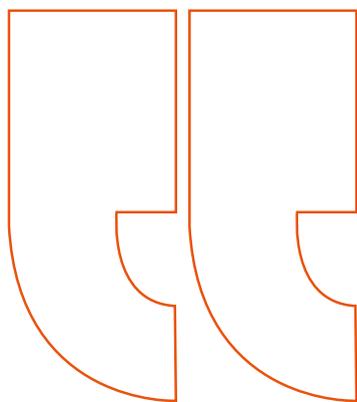
HARTUNG — É evidente que tivemos um aprofundamento desse desequilíbrio entre poderes no nosso país. Por quê? Porque convivemos com governos fracos, que tiveram graves problemas nos últimos anos, e um desequilíbrio entre poderes se aprofundou. O Brasil já foi chamado duas vezes às urnas para evoluir, na minha visão, mas fui derrotado. Evoluir para o parlamentarismo, fui derrotado. No presidencialismo, é necessária muita relação entre Executivo, Legislativo e Judiciário. A experiência de oito eleições que disputei e oito mandatos que exerci me mostrou que, quando se está no Executivo, não se ganha poder ao ser eleito. Ganha-se um pedaço desse poder. É preciso ter capacidade de alinhar com as outras partes. E uma questão central no presidencialismo brasileiro, e isso está testado, é que os líderes do Executivo (presidentes, governadores e prefeitos) que cuidaram, no momento seguinte à eleição, de montar uma base parlamentar sólida, conseguiram equilibrar esse jogo.

Dantas – Quanto da independência do Bacen, do jeito que está, é um avanço e quanto o conflito entre governo e o banco tem nos prejudicado no que diz respeito ao debate econômico?

FRAGA — Primeiro, que independência é essa? O Bacen tem a independência para, por meio das suas ferramentas, principalmente a taxa de juros, procurar atingir uma meta de inflação que não é o próprio que escolhe. A meta é escolhida pelos nossos representantes eleitos — no caso, o Executivo. E essa combinação faz muito sentido, porque, em tese, deveria gerar cooperação entre as políticas monetária e fiscal. Hoje, nós temos no Brasil um caso complicado, também presente em países vítimas do populismo: cada um cobra do outro algo que o próprio deveria fazer. Se o Bacen precisa, para atingir a meta de inflação, ter uma taxa de juros extraordinariamente alta, é sinal de que precisa de ajuda. Quem é que pode ajudar? A política fiscal. O desenho tem essa lógica na raiz, mas não é o que está acontecendo. É um país, hoje, que poupa e investe pouco, com horizontes

curtos, enquanto o Executivo ataca o banco por uma situação que vai além da decisão do Copom [*Comitê de Política Monetária*]. Falta, hoje, portanto, pôr em prática esse espírito cooperativo entre as políticas fiscal e monetária.

HARTUNG — Acredito que toda vez que nós, brasileiros, dermos um passo à frente na modernização das instituições, teremos que criar um muro de contenção para não haver retrocesso. Se combinarmos boas instituições com bons líderes, faremos o que precisa ser feito, transformando esse enorme potencial do País, principalmente agora, no processo de descarbonização da economia mundial, em oportunidade para o nosso povo, em especial para a juventude. Temo tanto o rumo da política monetária, após a mudança da presidência do Bacen, como a regulamentação da Reforma Tributária. Concordo que foi um grande avanço, mas repudio as exceções, porque significam alíquota maior para o conjunto da sociedade. A reforma é um avanço em relação ao que temos, mas me preocupa que a regulamentação agrave ainda mais as distorções. Por isso, precisamos de política.



EM UM MUNDO ONDE O ORÇAMENTO
É BAGUNÇADO, AS COISAS NÃO SÃO
TRANSPARENTES E AS PRIORIDADES NÃO
SE MOSTRAM ADEQUADAMENTE DEFINIDAS,
SABEMOS QUEM PERDE: O POBRE.

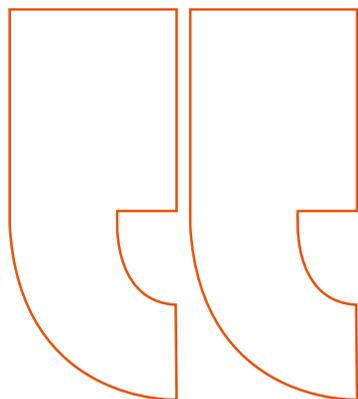
Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central (Bacen)

Dantas – A lógica do mandato do presidente do Bacen ser intercalado com o mandato presidencial é benéfica para um ambiente de maior equilíbrio?

FRAGA — A ideia do mandato intercalado, que nasceu como um antídoto contra o populismo, tem a ver com um tema clássico de economia política. O livro de Myrdal [*Karl Gunnar Myrdal, economista sueco*] fala sobre o ciclo político. Basicamente, é assim: no ano de eleição, “toca o pau”; no ano seguinte, recolhe os cacos. O importante é se reeleger. Esse desenho, que faz sentido, nasceu com essa missão. Agora, no nosso caso, é um teste importante de muito do que nós estamos dizendo aqui. Porque, se o próximo presidente do Bacen e a sua diretoria repetirem os erros do passado, duas coisas vão acontecer, pelo menos: primeiro, a inflação vai subir, e rápido. Por quê? Aqui vem o segundo ponto: o mercado anda rápido e acelera os canais de transmissão da política monetária. São âncoras institucionais, mas que vão além do desenho das instituições. Diria, inclusive, que existem duas âncoras, a social, a mais importante, e a outra do próprio mercado, que tem medo, aversão ao risco e é paralisante. Uma combinação em potencial: com mais inflação, há menos crescimento. Não estou tão pessimista quanto alguns por aí, pois já vivi isso, acompanhando dezenas de bancos centrais mundo afora, que tendem a ficar mais conservadores — o que é bom, pois há apoio na literatura sobre o tema. Acredito que o sistema, com esse entendimento da questão social, possa sobreviver a uns momentos de ilusão, de curto prazo, que porventura venham a atacar os nossos futuros representantes.

Dantas – O quanto avançamos na agenda ambiental, olhando para catástrofes, por exemplo, como a das cheias no Rio Grande do Sul, e a seca no Centro-Oeste? E o quanto isso nos ameaça?

HARTUNG — Esse é um dos maiores desafios da caminhada humana na atualidade. E eu me baseio na ciência, que estudou o efeito dos Gases de Efeito Estufa (GEEs) nas mudanças climáticas. É um baita desafio, porque o planeta precisa mudar a matriz energética, essencialmente suportada com combustíveis fósseis. As soluções unilaterais — como a política de incentivo norte-americana, o “Green Deal europeu” ou os pesados investimentos chineses em energia solar e em carro elétrico — têm importância, mas não dão conta do problema, pois este não é unilateral, e, por isso, a sua solução é multilateral. O Brasil precisa fazer a sua parte. E qual o maior desafio do País? Debelar a criminalidade exposta no desmatamento, na grilagem. Um conjunto de questões, principalmente no bioma amazônico. Temos um dever de casa e estamos evoluindo nos últimos tempos, além das muitas oportunidades oferecidas. Podemos ser provedores de energia limpa e de produtos fabricados a partir dela, o que acho melhor ainda. Agora, para isso, precisamos cuidar das nossas obrigações, combater as ilegalidades, além de contar com boa regulamentação, bom ambiente de negócios e segurança jurídica nessas diversas regulamentações. Por exemplo: estamos discutindo a regulamentação do mercado de carbono, que dialoga com o mercado voluntário de carbono. Nós precisamos atuar como craques na elaboração dessa lei e parar de inserir “jabutis”, de cada um colocar o próprio interesse à frente, como o que foi feito na Reforma Tributária



TODA VEZ QUE NÓS,
BRASILEIROS, DERMOS
UM PASSO À FRENTE
NA MODERNIZAÇÃO
DAS INSTITUIÇÕES,
TEREMOS QUE
CRIAR UM MURO DE
CONTENÇÃO PARA NÃO
HAVER RETROCESSO.

Paulo Hartung,
ex-governador do
Espírito Santo (ES)

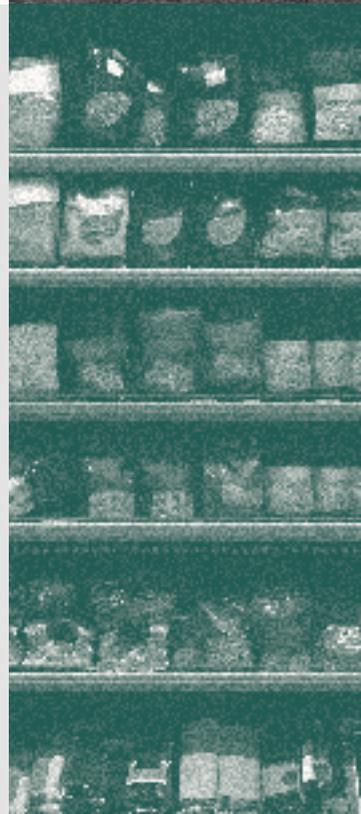
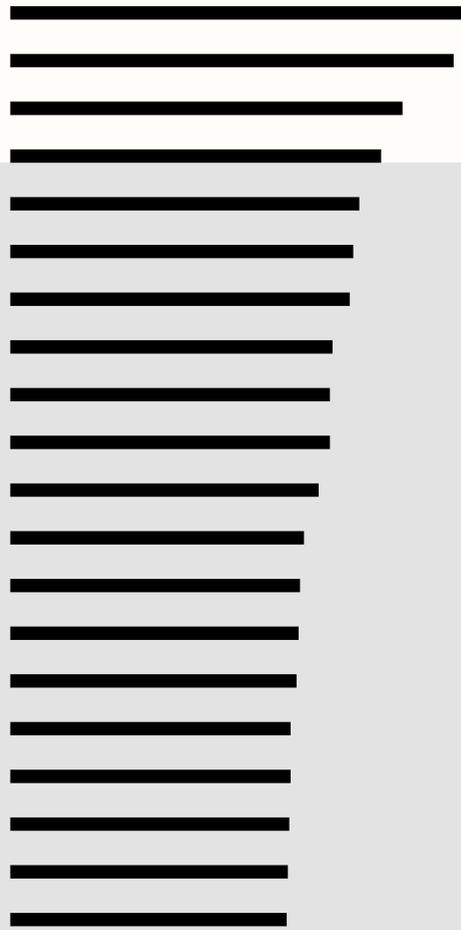
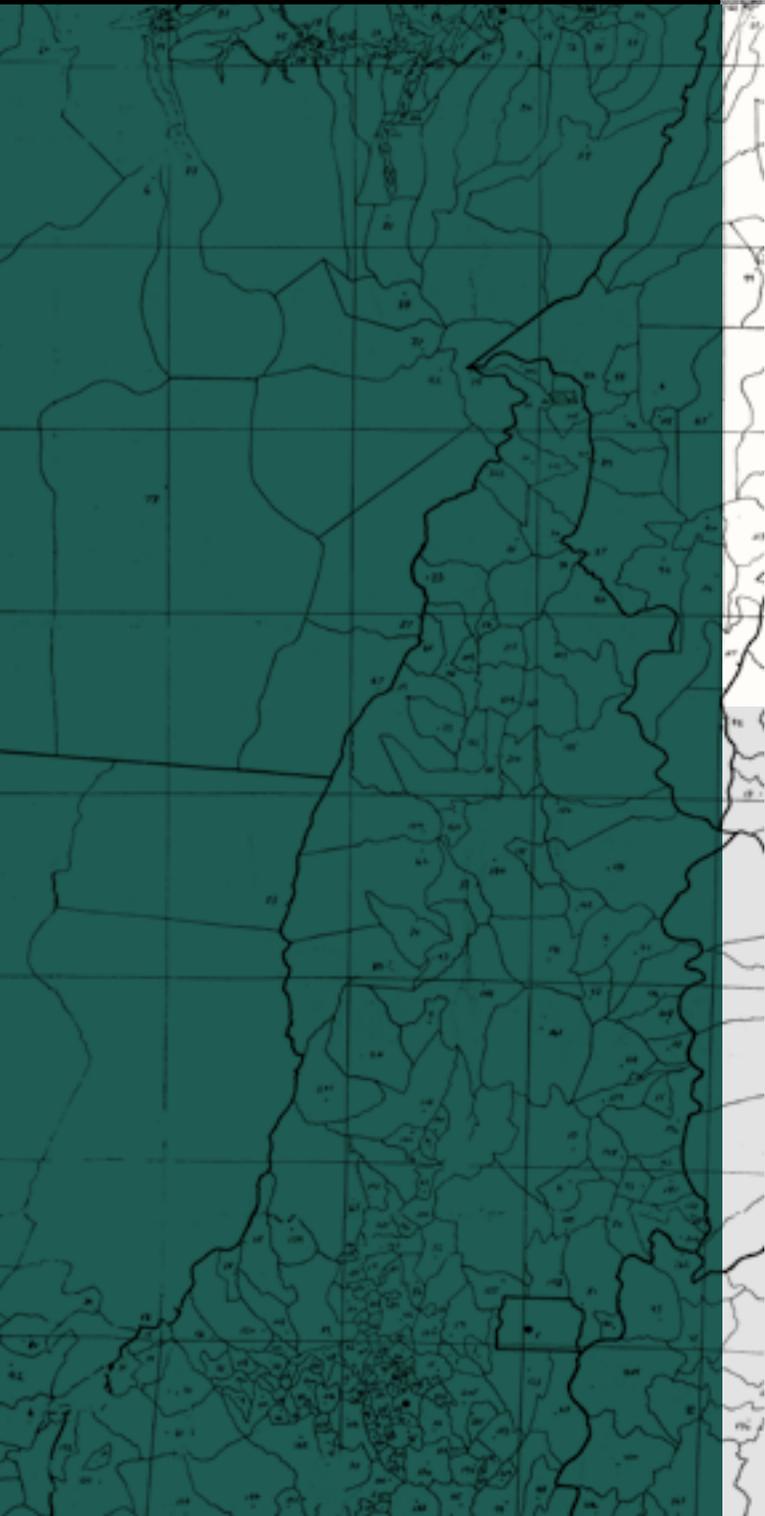
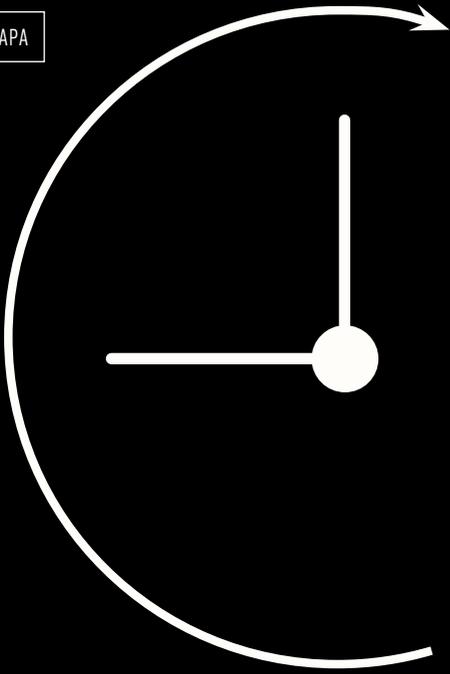
Dantas – Armínio, estamos testemunhando um protagonismo muito importante das suas reflexões acerca de questões de natureza social. O que é possível perceber como desafiador e como avanço no que diz respeito ao Sistema Único de Saúde (SUS)?

FRAGA — O espaço orçamentário da Saúde no Brasil é muito pequeno para a tarefa que a Constituição — portanto, nós mesmos — nos delega. É claro que existe também um espaço muito grande no uso de tecnologia, na gestão. Mas é preciso elevar a Saúde ao *hall* de prioridades do Estado brasileiro. Em primeiro lugar, é necessário tratar do orçamento. Para quê? Para poder ter dinheiro, para uma vida macroeconômica mais tranquila, com juros mais baixos e sem crises recorrentes, e também para complementar um orçamento na área da Saúde, que é muito pequeno. Somos um país que tem 80% do seu gasto concentrados nas contas da Previdência e na folha de pagamentos. É o Brasil dos subsídios, o que não faz o menor sentido. E apesar de o nosso modelo de Saúde ter sido inspirado no inglês, temos, hoje, um sistema mais privado que o norte-americano e que dedica poucos recursos. Ao fazermos a conta utilizando taxas de câmbio adequadas, cuidando da paridade do poder da moeda, o sistema inglês gasta, per capita, seis vezes mais do que o nosso — e está em crise. Vejo o governo discutindo cortes. Sinceramente, é coisa pequena. Chegar a um saldo primário zero daqui a três anos não resolve, porque o juro continua rodando. Não repensar as prioridades na Segurança, na Educação, na Saúde — para falar dos mais gritantes — é criminoso. É preciso muito dinheiro. A necessidade de ajuste de prioridade é maior do que o ajuste fiscal que a macroeconomia exige, mas isso está fora do radar. O que resolve é uma discussão muito mais profunda sobre a qualidade do nosso Estado, sobre para onde os recursos vão, de forma que o País possa se desenvolver plenamente. Somos uma nação absurdamente desigual. Mas como tratar dessa condição, a meu ver, infelizmente, está fora do radar. E isso me preocupa bastante.

APONTE A CÂMERA
DO CELULAR PARA O
CÓDIGO QR E CONFIRA
NO CANAL UM BRASIL
A ÍNTEGRA DO DEBATE
ENTRE ARMÍNIO FRAGA
E PAULO HARTUNG.



CAPA



CIDADES DO PRESENTE REPENSAM O FUTURO

Às vésperas das eleições municipais, o Brasil urbano convive com complexidades locais que refletem os gargalos do País, como violência e mobilidade. Assim, realidades distintas se tornam dilemas nacionais: enquanto municípios do Rio Grande do Sul tentam se reerguer da tragédia das inundações, Belém se prepara para receber o principal encontro climático do planeta. Em meio a tantos desafios, fenômenos como a periferização impactam desde o funcionamento do comércio até a produtividade da economia.

texto VINÍCIUS MENDES



No início da tarde de uma sexta-feira de maio, uma sala do segundo andar do Insper, na zona sul de São Paulo, esperava a chegada dos membros do Grupo de Estudos Urbanos da instituição. Liderado pelo cientista de dados Adriano Borges, o núcleo se reúne uma vez por mês para debater os problemas das cidades brasileiras — que vão da violência à mobilidade e da gestão de resíduos ao planejamento urbano. Naquele dia, dois estudos em pauta: um sobre a absorção de mão de obra migrante em metrópoles brasileiras pelo mercado de trabalho formal e outro, com dados que o arquiteto João Leonardo Dadalti, diretor de uma incorporadora de médio porte da capital paulista, levantou, em 2015, sobre o ambiente imobiliário paulistano em um MBA de Real Estate na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP). Essa última pesquisa tem como pano de fundo uma percepção que Dadalti sustenta há uma década: “Mover-se pelas metrópoles brasileiras é, antes de locomoção, um desafio”.

Na análise do arquiteto, os padrões urbanos, em boa parte do território nacional, se conformam tanto pela lógica das construtoras quanto pelas revisões das regras de uso do espaço, que costumam acontecer periodicamente nos planos diretores. Ele nota, então, que um dos poucos consensos entre mercado e Poder Público é a percepção de que deslocamentos são difíceis, em especial na experiência cotidiana dos mais pobres, que dependem do transporte público. Esse fenômeno, cuja intensidade máxima se vê em São Paulo, se repete em outros centros urbanos, apesar das diferenças estruturais. Há pelo menos uma década, a solução adotada passa pelo adensamento de áreas próximas a eixos modais de mobilidade e trânsito — como estações de metrô e trem —, quando a infraestrutura existe.

Na capital paulista, as incorporadoras precificam a solução com base no metro quadrado, cujo valor varia a partir, justa-

mente, da distância entre os empreendimentos imobiliários e esses eixos. Mas não só: entram na conta as faixas de renda dos potenciais clientes e o perfil socioeconômico de cada região. No raciocínio dos legisladores municipais, construir mais edifícios residenciais em torno de estações existentes é um jeito de diminuir o tempo dos percursos pelo mapa urbano e, se possível, reduzir o volume de carros nas ruas. A cidade do presente (e do futuro) é o resultado dessa equação.

No entanto, segundo Dadalti, o principal desafio atual que as metrópoles brasileiras precisam lidar é com a própria metamorfose. “A população de São Paulo continua aumentando. É um exemplo acabado desse fenômeno, porque a cidade convive com uma demanda constante por mais habitação. Como regular isso para que não seja tão periférica?”, questiona, citando o aumento de 1,8% no número de moradores da capital paulista entre 2010 e 2022, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Especialistas ouvidos pela **PB** apontam que a periferização é um dilema comum de municípios maiores, porque quanto mais distantes são os bairros entre si, mais tempo é necessário para se deslocar por essas regiões. Em um país como o Brasil, cujas cidades se constituíram historicamente na lógica de centros rodeados por vilas, a tendência é que os territórios urbanos cresçam para os lados, distanciando, cada vez mais, novas populações das áreas centrais. Os efeitos são de escalas distintas, que vão desde o faturamento dos comércios locais até a taxa total de produtividade nacional. De acordo com Dadalti, esse problema pode ser ainda maior. “Cidades pequenas e médias até têm ferramentas para regular esse crescimento, nem que seja abrir loteamentos em terrenos inexplorados, por exemplo. Mas as metrópoles já estão saturadas”, explica.

Soluções como as observadas na capital paulista podem ser paliativas ou, mais do que isso, símbolos de uma expansão urbana que se deu, literalmente, passando por cima da natureza e das próprias regulações. É o que adverte a antropóloga Ana Luiza Carvalho da Rocha, que leciona na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ao olhar para as chuvas que destruíram quase todo o Estado, em maio, numa das maiores tragédias climáticas da história do Brasil. Para ela, o padrão de expansão das cidades gaúchas explica parte da catástrofe. “São anos de políticas de invasão de áreas inundáveis, próximas a rios e lagos, que foram feitas para atender às demandas dos mercados imobiliários. Políticas são produzidas dentro das câmaras municipais sem nenhum tipo de atenção às dinâmicas ambientais”, alerta.

Porto Alegre, nesse sentido, é um exemplo cabal. Ana Luiza cita os bairros que, no limite, nem sequer deveriam existir na capital gaúcha — ou pelo menos não nas áreas que ocupam hoje: Menino Deus, Praia de Belas, Cidade Baixa e o próprio Centro Histórico. “São terrenos alagáveis, em que acontecem alguns processos biológicos do Guaíba e das espécies que vivem ali. A cidade foi avançando sobre esses espaços quase até o limite da água”, lamenta. “É curioso que as pessoas só se

lembrem da enchente de 1941”, observa, recordando o que era, até 2024, a histórica tragédia climática de Porto Alegre — a invasão do Guaíba por quase toda a capital entre abril e maio, ocorrida mais de oito décadas atrás. “No entanto, há vários relatos antigos de inundações semelhantes que aconteceram no passado. Não foi uma, não foram duas. Mesmo assim, a cidade continuou avançando pelas regiões próximas ao lago.”

DESAFIOS DO BRASIL URBANO

Nos últimos dois meses, a **PB** fez a mesma pergunta para fontes diferentes entre si em diversos lugares do País: quais são, hoje, os principais desafios das cidades brasileiras? Às vésperas das eleições municipais, as respostas soam fundamentais. Além de Dadalti, de São Paulo, e Ana Luiza, do Rio Grande do Sul, foram ouvidos um líder comunitário de Belém (PA) e outro de Salvador (BA), um gestor público mineiro com formação nos Estados Unidos e uma socióloga carioca radicada na capital paulista, além de uma miríade de gente em cidades como Campinas, Peruíbe e Itapeva (SP), Salvador e Feira de Santana (BA), Natal (RN), Brasília (DF), Cachoeiro de Itapemirim e Vitória (ES), Maceió (AL) e Florianópolis e Urubici (SC). A escolha desses municípios foi feita entre os interlocutores conforme a apuração prosseguia.

É interessante, mas não surpreendente, notar como pessoas que tenham alguma atuação política — seja nas mobilizações da sociedade civil, seja no nível institucional —, fornecem diagnósticos técnicos dos problemas nacionais urbanos, enquanto quem experimenta a cidade no cotidiano relata, de forma mais concreta (e, às vezes, pormenorizada), esses dilemas comuns. Como boa parte da população utiliza transporte público, este aparece como tema central, das grandes metrópoles às pequenas localidades. O que muda são os patamares. Na metade do ano passado, uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostrou que mais da metade (55%) dos brasileiros acredita que o tempo excessivo de deslocamentos prejudica a qualidade de vida. Já para 51%, atrapalha a produtividade.

Dados como esses ficam ainda mais relevantes quando cruzados com as temporalidades efetivas que os municípios brasileiros permitem. Em São Paulo, o tempo médio de deslocamento via transporte público, em 2023, era de 2 horas e 23 minutos, segundo dados da Rede Nossa São Paulo, do Instituto Cidades Sustentáveis e do Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec). Para quem anda de carro, a média era de 2 horas e 46 minutos.

Em relatórios internacionais, da mesma forma, algumas capitais do País são negativamente protagonistas. O Moovit, aplicativo de origem israelense que monitora o desempenho do transporte público pelo mundo, mostrou, em 2022, que o tempo que as pessoas gastam no Rio de Janeiro para trajetos de única direção — de casa para o trabalho, por exemplo — era o quarto maior entre dezenas de cidades em 24 países. Em média, o carioca passa 1 hora e 27 minutos em trens, metrô e

2h23

é o tempo médio de deslocamento em São Paulo com transporte público

2h46

é a duração para quem se move de carro pela cidade

55%

dos brasileiros relatam que o tempo de deslocamento prejudica a qualidade de vida

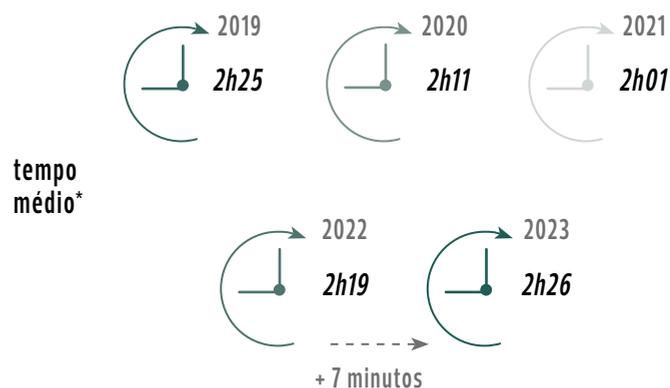
51%

afirmam que o tempo de deslocamento compromete a produtividade

Fonte: Rede Nossa São Paulo/Cidades Sustentáveis/IPEC/CNI



QUANTO DEMORA SE DESLOCAR EM SÃO PAULO?



“NOSSAS CIDADES NÃO CONSEGUEM TER SEQUER
UM CONTROLE CONTÁBIL DO PATRIMÔNIO PÚBLICO.
COMO IMPLEMENTAR POLÍTICAS PÚBLICAS
SE NEM SE SABE COMO É O TERRITÓRIO?”

IVAN COSTA, presidente do Observatório Social
de Belém (PA)

ônibus. Na primeira colocada da lista, Istambul (Turquia), esse tempo foi de 1 hora e 28 minutos. Recife (PE), com 1 hora e 4 minutos, ocupava a sétima posição do estudo.

Se os problemas urbanos se repetem, ainda que em diferentes escalas, há outra questão, talvez mais grave: as soluções também se reproduzem de forma idêntica. “Um dos nossos grandes desafios está no fato de cidades pequenas e médias adotarem ferramentas produzidas pelas grandes para resolver os problemas”, aponta Bianca Freire-Medeiros, coordenadora do UrbanData, um imenso banco de dados sobre pesquisas relacionadas às cidades que opera a partir do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), da USP. O resultado é óbvio — políticas adotadas por municípios menores não funcionam porque não são pensadas para as suas demandas. “Mesmo as metrópoles têm dificuldades de implementá-las”, completa a especialista.

Ao se aprofundar no próprio argumento, Bianca encontra um “grande urbano” onde as coisas interagem e circulam (pessoas, recursos, ideias e políticas). “A internet é um bom exemplo: o povo não está conectado à web apenas nas cidades, porque, nesse campo, a divisão entre quem vive no mundo urbano ou rural é menos importante.” De fato, uma pesquisa do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic) mostrou, no ano passado, que 156 milhões de brasileiros

acima dos dez anos se conectaram à internet, 84% da população brasileira. Um dos dados do estudo corroboram a análise da socióloga, uma vez que, enquanto 85% das pessoas em áreas urbanas tinham conexão disponível, esse número era de 78% nas regiões rurais. A diferença foi maior no recorte de classe social: 97% da classe A estão conectados, taxa que cai para 69% entre as classes D e E. “E essa nem sequer é a única variável”, observa Rodrigo Matsumoto. Formado em Administração Pública pela Universidade Federal de Lavras (Ufla) e com experiência acadêmica nos Estados Unidos, ele é, atualmente, diretor do RenovaBR, *think tank* dedicado a formar quadros políticos. “É importante inserir nessa conta a qualidade do acesso e o fato de muita gente se conectar hoje por redes disponibilizadas em áreas públicas.”

Matsumoto elenca os problemas do Brasil urbano mais como porta-voz dos alunos da instituição do que como um analista. “Eles sempre nos trazem dilemas locais que são sentidos comuns, como educação e saúde, além da violência nos grandes centros. Mas é interessante notar como outros problemas vão surgindo quando os estudantes começam a conversar sobre experiências locais, em municípios menores. Coisas como mobilidade urbana, saneamento básico e primeira infância”, elenca. Questionado a respeito de como se acham soluções a partir desse método, ele afirma que as respostas surgem quando os gestores em formação apontam problemas das suas cidades e percebem que esses desafios são comuns em outros lugares. “Olhar para o que não dá certo, em muitos lugares distintos entre si, ajuda a entender como resolver isso”, ressalta.

VIOLÊNCIA LOCALIZADA

Em setembro do ano passado, após anos de trabalho, o UrbanData abriu uma base com 6 mil pesquisas produzidas sobre São Paulo, entre 1940 e 2015. De certa forma, as linhas de estudos que se referem à capital paulista ajudam a entender como todo o tecido urbano brasileiro é observado pelas lentes das ciências humanas. Dentre os dados, destacam-se os que falam a respeito do crescimento da agenda sobre violência a partir dos anos 2000, quando a cidade e o País passaram a conviver com a expansão de facções criminosas. “Insegurança é, sem dúvida, uma das grandes dificuldades do nosso mundo urbano”,



diz Bianca. “O tema pauta discursos midiáticos relevantes, com impactos eleitorais, e determina padrões de circulação das pessoas em cidades de perfis diferentes, ainda que existam dinâmicas locais”, continua.

Como outros pesquisadores desse campo, a socióloga observa como diferenças regionais e econômicas modulam obstáculos em torno da violência. Em outras palavras, a insegurança em São Paulo ou no Rio é muito diferente da experimentada em cidades do Norte e do Nordeste, por exemplo. O crime organizado se valeu dessas distinções para avançar em direção a novos territórios. É assim que muitos municípios nortistas lidam, hoje, com índices de violência muito maiores do que em décadas passadas — resultados de conflitos em torno do garimpo, da extração ilegal de madeira e das rotas de drogas pela Floresta Amazônica. Assim, esses produtos são escoados ao mercado internacional com a ajuda da fragilidade institucional dos portos da região.

Contudo, isso não acontece apenas no Norte. No fim de junho, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) mostrou, no anuário 2022, que 7 das 10 cidades mais violentas do Brasil (quanto a homicídios) estão na Bahia. Na lista das 20 localidades mais inseguras do País, 16 estão no Nordeste. Não são números triviais: em Santo Antônio de Jesus (BA), a taxa de mortes violentas registradas naquele ano foi de 94,1 para cada 100 mil habitantes. Em Jequié (BA), foi de 91,1. Como base comparativa, o lugar mais mortífero do mundo, hoje, é Colima, na região oeste do México, onde a margem é de 182 mortes violentas a cada 100 mil moradores. “As facções do Sudeste passaram a operar também no Nordeste, sobretudo na Bahia. A consequência foi uma pulverização de organizações criminosas nas cidades do interior baiano, que se inseriram nos mercados de drogas e armas”, explica o historiador Dudu Ribeiro, coordenador-executivo da Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPDP).

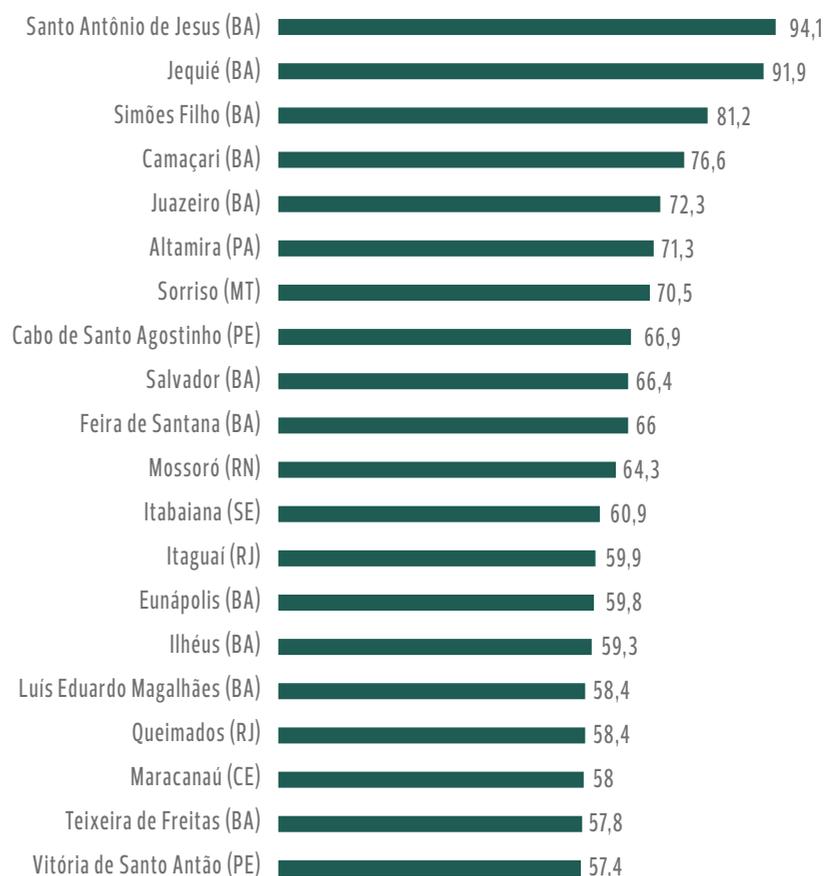
Em São Paulo, depois de mais de uma década, a insegurança voltou a ser apontada como o principal problema da cidade pela população. Durante esse período, a Saúde sempre esteve em primeiro plano. A mudança no catálogo de problemas foi percebida por pesquisas recentes do Datafolha. No Rio de Janeiro, ao contrário, a criminalidade é quase consenso: 74% dos cariocas dizem que essa é a maior preocupação, cons-

tatação que se repete em outras capitais, como Manaus (AM) e Salvador (BA).

NOVOS VELHOS DILEMAS

Em julho do ano passado, o governo estadual do Pará se antecipou à Organização das Nações Unidas (ONU) e anunciou que Belém sediará a 30ª Conferência das Partes (COP30), em 2025. O encontro, que reúne quase a totalidade de países do planeta em torno de objetivos para conter os efeitos do aquecimento global, se tornou o grande fórum de discussões mundiais acerca do clima. E, não à toa, alçou a capital paraense a outro nível desde então. Assim que o governo brasileiro conseguiu, de fato, emplacar a cidade

CIDADES BRASILEIRAS COM MAIS MORTES VIOLENTAS A CADA 100 MIL HABITANTES



como sede da COP30, foram anunciados investimentos para reformas estruturais, além de uma série de aportes privados, como o da Vale, que liquidou parte das dívidas com o Estado para direcionar o dinheiro às obras.

“As pessoas aqui estão bem preocupadas”, dizia, à época, Ivan Costa, presidente do Observatório Social de Belém, filial local do Observatório Social do Brasil (OBS), um sistema criado pela sociedade civil para organizar ações sociais ao redor do País. “Há, sem dúvida, uma esperança de que o evento deixe algum legado para a população, mas pouca gente acredita que isso realmente acontecerá”, continuou. No começo de junho, o espírito permanecia o mesmo. De lá para cá, a capacidade da metrópole amazônica de receber a conferência foi posta à prova várias vezes — para ser sempre reforçada posteriormente. Na metade do semestre, houve até um boato de que São Paulo ou Rio poderia assumir parte do cronograma de reuniões. Em março, porém, como forma de salientar o posicionamento do governo Lula, o presidente da França, Emmanuel Macron, foi recebido pelo presidente em Belém, visitando cartões-postais e até navegando pelo Rio Guamá.

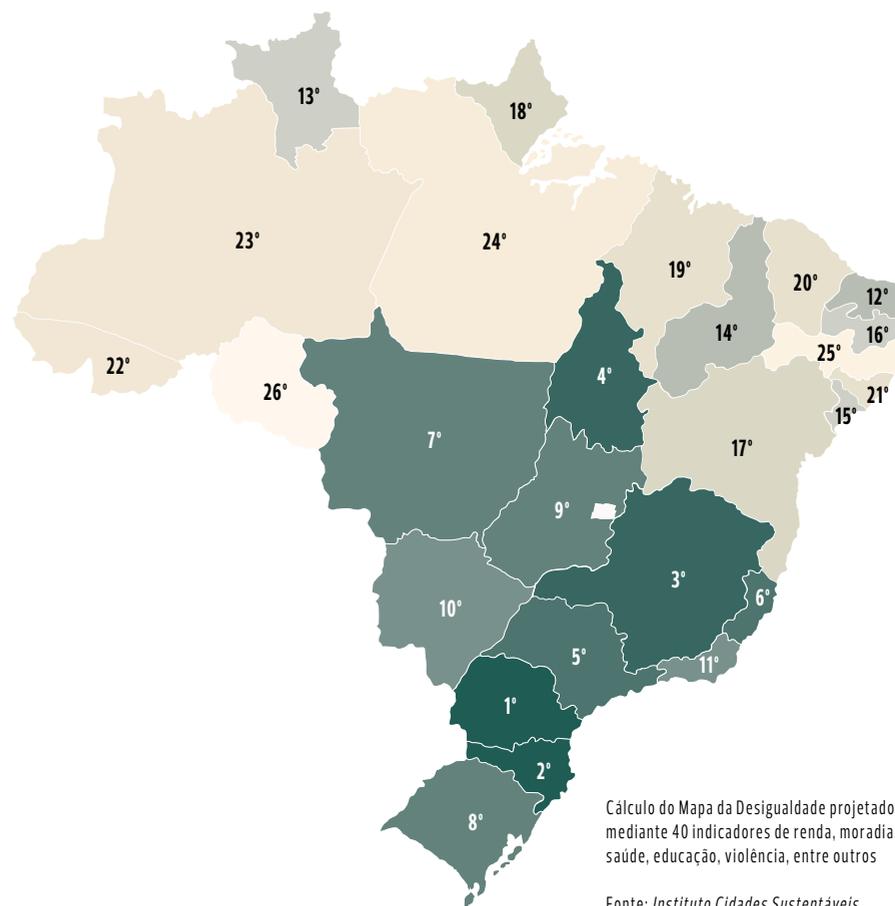
Costa, no entanto, segue reticente quanto às vantagens do município em receber a COP30 — agora, apontando problemas mais concretos que permanecem às vésperas da conferência. O principal desses impasses, a propósito, está relacionado à preservação do meio ambiente: a gestão de resíduos sólidos. “Hoje, Belém está tomada por lixo; não há uma administração adequada para isso. E a situação é grave, porque está contaminando o meio ambiente.”

O relato sobre a capital paraense reflete boa parte das cidades do Norte, a região mais pobre do Brasil. Algumas das piores métricas sociais do País se concentram ali. No último mapa de desigualdades do Instituto Cidades Sustentáveis (ICS), realizado apenas com base em capitais, Belém ocupava a 24ª posição das 26 unidades federativas analisadas (excluindo o Distrito Federal); Rio Branco, no Acre, a 22ª; e Manaus, no Amazonas, a 23ª. Belém ainda tem o segundo pior Produto Interno Bruto (PIB) per capita entre capitais brasileiras, atrás apenas de Salvador (BA), e a segunda maior taxa de desnutrição infantil (2,19%) do País.

Tão relevante quanto, os belenenses têm a pior avaliação do Brasil em relação à qualidade dos serviços públicos, como se vê em estudo co-

MAPA DA DESIGUALDADE DAS CAPITAIS BRASILEIRAS

+ desigual 300 — 677 - desigual



AValiação DA POPULAÇÃO SOBRE OS SERVIÇOS PÚBLICOS (NOTA DE 0 A 10)

Fonte: Agenda Pública

1ª - Curitiba/PR (6,72)	10ª - Goiânia/GO (5,47)	19ª - Porto Velho/RO (3,83)
2ª - Palmas/TO (6,54)	11ª - Teresina/PI (5,04)	20ª - Recife/PE (3,78)
3ª - Vitória/ES (6,48)	12ª - Boa Vista/RR (4,78)	21ª - São Luís/MA (3,78)
4ª - Campo Grande/MS (6,23)	13ª - Aracaju/SE (4,78)	22ª - Manaus/AM (3,67)
5ª - Florianópolis/SC (6,12)	14ª - Fortaleza/CE (4,62)	23ª - Maceió/AL (3,57)
6ª - Porto Alegre/RS (5,67)	15ª - Rio de Janeiro/RJ (4,56)	24ª - Salvador/BA (3,34)
7ª - Cuiabá/MT (5,54)	16ª - Rio Branco/AC (4,48)	25ª - Macapá/AP (3,13)
8ª - Belo Horizonte/MG (5,62)	17ª - Natal/RN (4,41)	26ª - Belém/PA (3,04)
9ª - São Paulo/SP (5,53)	18ª - João Pessoa/PB (4,32)	

POR DENTRO DO CAIXA DAS CIDADES

Fonte: Rede Nossa São Paulo/Cidades Sustentáveis/IPEC/CNI

27% dos municípios brasileiros terminaram 2023 no vermelho, segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM)

28% dessas cidades chegaram a atrasar parcelas do 13º salário do ano passado por causa das dívidas

50% dessas localidades estavam em déficit fiscal até o fim de 2023

312,6 BILHÕES DE REAIS era o total das dívidas dos municípios até aquele período

3,604 REAIS é o salário médio dos servidores públicos municipais brasileiros

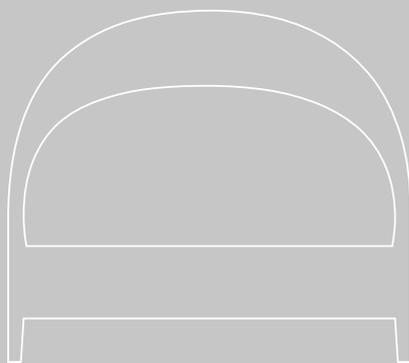


ordenado pela ONG Agenda Pública. A cidade recebeu a nota de 3,04 pontos em uma escala até 10. Curitiba (PR), no topo da lista, marcou 6,72 pontos. “São muitos desafios locais, mas também regionais. Em muitos casos, Belém condensa as contradições do País”, ressalta Costa, do OBS.

Ao refletir sobre os desafios urbanos nacionais, ele lembra que muitos municípios, principalmente pequenos, não têm o “mínimo de burocracia necessária” porque esta é cooptada por interesses particulares. Assim, não há intenção em implementar agendas baseadas em resultados, como defendem instituições como o RenovaBR. Além disso, ações como essas não costumam ter efeitos eleitorais. Dessa forma, a questão fica praticamente sem solução. “As prefeituras brasileiras precisam ‘organizar a casa’. Mas se isso é, para nós, a resolução do problema, muitas administrações locais entendem totalmente o contrário, que é criar problema. Sem contar que tudo o que esses prefeitos querem é ausência de controle sobre o próprio poder”, explica. “Como essa agenda não tem repercussão eleitoral, é completamente inviável”, completa. E tudo isso ocorre enquanto os impactos climáticos se avolumam. No Rio Grande do Sul, 95% dos municípios foram atingidos pelas inundações de maio, deixando um rastro de 177 mortes até o fim de junho, além de 10 mil desabrigados. Em algumas localidades, não houve sequer uma rua imune às enchentes, como Lajeado, no Vale do Taquari. Estimativas iniciais apontam que os custos de reconstrução serão da ordem de R\$ 200 bilhões.

Se não faz sentido perguntar a respeito das adversidades atuais desses espaços — uma vez que estão tentando se reconstruir —, esses municípios podem oferecer lições para outros espalhados pelo Brasil. “Até porque invasões sobre áreas inundáveis, transformando-as em urbanas, como aconteceu aqui, se repetem em outras partes do País”, aponta a antropóloga Ana Luiza, da UFRGS. Na iminência dos efeitos perversos do aquecimento global, esse tipo de preocupação atravessa todos os certames apontados pelas fontes dessa reportagem. Os entraves de deslocamentos nas metrópoles, por exemplo, foram historicamente solucionados com o avanço urbano para margens de rios e lagos. Da mesma forma, o uso de agendas produzidas nos grandes centros por administrações de cidades pequenas e médias ajuda a entender como corpos hídricos são tratados da mesma forma em ambas as escalas, ainda que as suas relações sejam bastante diferentes. No fim de junho, com os municípios gaúchos ainda sujos de lama e lixo, Ana Luiza foi questionada sobre o futuro imediato (do Estado e do Brasil). “Essa é uma pergunta ainda sem respostas no horizonte”, lamentou.

&



DA INCERTEZA À TRANSIÇÃO

A economia brasileira entra na segunda metade de 2024 sob a influência de um conjunto de incertezas, tanto no cenário externo como no âmbito doméstico. Nos Estados Unidos, embora surjam sinais de que a atividade econômica começa a sentir “na margem” os efeitos dos juros elevados, verifica-se que o núcleo da inflação — que exclui os produtos com muita volatilidade de preços — ainda se encontra pressionado pelos serviços e pelo mercado de trabalho. Como consequência, permanecem as dúvidas sobre o momento em que os juros começarão a cair, lembrando que a eleição se aproxima, e o Federal Reserve (FED), banco central norte-americano, precisa se mostrar apolítico. Muitos analistas, inclusive, acreditam que as taxas permanecerão inalteradas até o fim do ano.

Internamente, além da intervenção na Petrobras, que afeta o mercado acionário, e o desastroso episódio da desnecessária importação de arroz, o mercado elevou as preocupações com a situação fiscal do País. Isso ocorre por vários motivos: **a)** mudança nas metas do arcabouço fiscal, poucos meses após a aprovação; **b)** subestimação dos gastos com a Previdência; **c)** despesas com a recuperação do Rio Grande do Sul; **d)** pronunciamentos frequentes do governo sinalizando que o ajuste fiscal será feito mediante aumento de impostos e redução de juros, numa circunstância que garanta expansão de gastos; **e)** aumento de impostos se torna cada vez mais difícil no Congresso, que vem forçando derrotas frequentes ao governo; **f)** pronunciamentos recentes de ministros da área da Economia sobre eventuais cortes de gastos não tiveram a credibilidade esperada — até mesmo pela falta de propostas mais concretas.

O ambiente de incertezas se reflete, inicialmente, no mercado financeiro, com elevação de mais de 30%

no risco-país — calculado pelo Credit Default Swap (CDS) de cinco anos — nos últimos dois meses do primeiro semestre; no câmbio, que passou de cerca de R\$ 4,90, entre fevereiro e março, para perto de R\$ 5,40, em junho; e na queda de mais de 5% do Índice Bovespa nos dois últimos meses.

Como essa conjuntura impacta a economia brasileira no segundo semestre? Há de se separarem os impactos já destacados sobre as variáveis financeiras, as primeiras a serem afetadas, e o chamado lado real da economia. Num momento inicial, o desequilíbrio fiscal impulsiona a atividade econômica, como ocorreu nos primeiros meses do ano, e deve manter algum crescimento no segundo semestre. Não será uma expansão forte, porque os juros ficarão mais elevados, e o potencial de crescimento nacional é limitado pela reduzida taxa de investimento (de 16,9%, no primeiro trimestre de 2024) e pelo baixo desenvolvimento da produtividade. Pode-se esperar uma expansão do Produto Interno Bruto (PIB) de 2% ao fim do ano, novamente abaixo do crescimento mundial, que deve ser de 3,2%, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). Assim, o mercado de trabalho ainda deve apresentar resultados positivos no próximo semestre.

Ao mesmo tempo que a política fiscal expansionista favorece a atividade econômica no curto prazo, começa a pressionar a taxa de inflação, que voltou a subir na variação anual e deve continuar acelerando nos próximos meses. Isso obrigou o Banco Central a interromper o processo de corte dos juros, mantendo a Selic acima do previsto inicialmente. É muito provável que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) — medição considerada para o cumprimento das metas oficiais — encerre 2024 muito próximo do teto (4,5%).

A conjugação entre desequilíbrio fiscal e política expansionista cria estímulos no curto prazo, mas é insustentável no tempo, pois gera aumento da inflação e pressiona para baixo o potencial de crescimento. Portanto, os próximos seis meses serão de transição.



ANTONIO
LANZANA,
*presidente do
Conselho Superior
de Economia,
Sociologia e
Política da
FecomercioSP
e professor na
Universidade de
São Paulo (USP) e
na Fundação Dom
Cabral (FDC)*

A CONTA NÃO FECHA



IVO DALL'ACQUA
JÚNIOR,
*presidente executivo
da FecomercioSP*

Quaisquer que sejam os detalhes finais da Reforma Tributária aprovada pelo Congresso, um fato é incontestável: o debate garantiu ao Estado revisar as oportunidades para otimizar, e até aumentar, as fontes de arrecadação. Não se pode negar que o futuro sistema trará avanços importantes — e se espera que produza reflexos na competitividade da economia em médio prazo. No entanto, por mais que tenha sido gestada para simplificar o sistema de cobrança de tributos, o texto poderá pôr em xeque elementos compensatórios relevantes para alguns setores.

Longe da utopia de que teríamos uma reforma perfeita, é preciso atentar para problemas evidentes. O primeiro deles é óbvio. Se as perspectivas do governo se confirmarem, o Brasil caminha para figurar no topo da lista dos países com uma das maiores cargas tributárias do planeta (26,5%). Se houvesse sinais claros de cortes de despesas por parte do governo, esse fato estaria em segundo plano. Assim, com uma carga tributária tão alta, podemos esperar serviços mais eficientes? A depender do histórico brasileiro, não há uma resposta tão otimista. Vamos continuar convivendo com altíssimos impostos sem que, ao menos, haja serviços básicos de qualidade à sociedade, além do alto custo para empreender.

Desde o início dos debates da reforma — tanto na PEC 45/2019 como no PLP 68/2024 —, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) alertou para uma incorreção central. A prometida não cumulatividade ampla não se concretizou, e para os negócios de pequeno porte, ainda mudou para pior. São claros os potenciais prejuízos às empresas enquadradas no Simples Nacional. Passada essa discussão, ago-

ra nos parece mais do que oportuno uma Reforma Administrativa com foco em qualidade, eficiência e produtividade estatais. Ou o governo revisa também a maneira de funcionar na ponta para o cidadão, ou continuaremos convivendo com discrepâncias entre as realidades dos universos público e privado. Parece-nos claro que tão necessária quanto a austeridade fiscal para um crescimento sustentado, com perspectivas de estabilidade e previsibilidade, é a urgência de uma agenda de modificações administrativas.

As despesas de pessoal avançaram em um ritmo insustentável nas últimas décadas, descoladas do crescimento das receitas, comprometendo parcelas crescentes do orçamento público e maiores taxas de crescimento. Ademais, se olharmos pela ótica do quadro social brasileiro, é o cidadão de baixa renda quem mais padece com a ineficiência do Estado. Eis aí mais um motivo que justifica uma Reforma Administrativa abrangente para combater um dos principais males da nossa história: a desigualdade social.

A lógica indicaria que, em primeira instância, um decisor (em nível familiar, empresarial ou de gestão pública) deve, primeiro, conhecer demandas e custos de operação — até para cortar gastos descabidos. E a partir desse desenho mapeado, elencar as prioridades para financiar esse projeto. Não foi assim que as coisas caminharam. O governo foi a campo para resolver as miudezas da arrecadação. Diante dos fatos, resolvida a linha da receita, o momento é de olhar para as despesas.

&

REFORMA ADMINISTRATIVA, O CAMINHO PARA MELHORAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS

FECOMERCIO-SP
APRESENTA PROPOSTAS
PARA APRIMORAR O
FUNCIONAMENTO ESTATAL



A desigualdade social é um entrave histórico para o Brasil trilhar um desenvolvimento sustentado — e a má qualidade dos serviços públicos é essencial no agravamento desse cenário.

As classes de menores poderes de compra e consumo, mais dependentes desses serviços, contribuem para a mesma carga de impostos que as mais privilegiadas. No entanto, convivem com estruturas estatais burocratizadas e ineficientes na Educação, na Saúde ou no Transporte, por exemplo.

Em outras palavras, o próprio Estado contribui para a manutenção da desigualdade e impacta, de forma negativa, os índices de crescimento nacional.

A PRODUTIVIDADE E A EFICIÊNCIA SÃO URGENTES!

Fato é que a atual estrutura do funcionalismo público não dispõe de critérios relacionados à eficiência ou à produtividade ao longo da carreira. A estrutura de salários se baseia em regras

engessadas e sem distinção entre quem produz com mais qualidade.

Assim, uma reformulação da estrutura de carreiras, com as definições de novas formas de contratação, sistemas de avaliação de desempenho e critérios para progressão, seria fundamental para uma mudança positiva de rota.

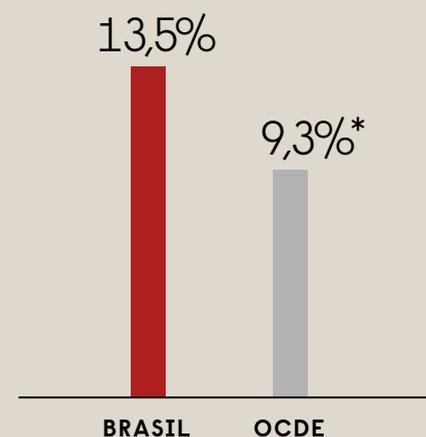
A BUROCRACIA ENCARECE E EMPERRA O MERCADO

Empreendedores têm dificuldades para conseguir documentos básicos, como alvarás de funcionamento ou licenças, e, ainda, sofrem com os altos custos para abrir novas vagas ou mesmo ampliar os negócios.

A ausência de investimento em treinamento e capacitação forma uma máquina desconectada das novas tecnologias que agregam inovação e eficiência no setor privado.

Já parou para pensar nos impactos que a Inteligência Artificial (IA) pode causar a um Estado desatualizado?

GASTOS COM FUNCIONALISMO/PIB



*Média



PROPOSTAS DE REFORMA ADMINISTRATIVA

- 1 Mudança no estágio probatório de três meses para um ano, com avaliação pré-definida e criteriosa ao fim desse período.
- 2 Garantia de estabilidade apenas em carreiras públicas efetivamente ameaçadas de perseguição política.
- 3 Definição de mudanças nas regras das carreiras públicas apenas para novos entrantes.
- 4 Readaptação dos planos de carreiras públicas, com redução dos salários iniciais e programas mais lentos de progressão.
- 5 Introdução de sistemas de avaliação com indicadores pré-definidos, públicos e diagonais às instâncias de governo.
- 6 Unificação de critérios de carreiras em padrões comuns a todas as instâncias.
- 7 Mudar a regra de aumento de salários do presidente e dos ministros do Supremo Tribunal Federal para torná-la independente das remunerações de cargos de confiança ao redor deles.
- 8 Permissão de reduções temporárias de salários em situações extremas, como epidemias ou fortes restrições fiscais.
- 9 Em consonância com o PL 2.721/2021, proibição de super-salários, estimando o teto das remunerações a partir do quanto ganha o presidente da República.
- 10 Definição de ações para avançar em reformas administrativas estaduais e municipais, sem intervenção do governo federal.
- 11 Proibição de privilégios remuneratórios e benefícios excedentes em cargos públicos.
- 12 Modernização dos concursos públicos, como a realização de provas online e a inserção de novos critérios de seleção — por exemplo, aptidão dos candidatos às carreiras e simulação de tarefas relacionadas aos cargos, em consonância com o PL 2.258/2022.
- 13 Definir promoções para novos entrantes ao limite de 5% do total de pessoas em cada carreira, a cada ciclo avaliativo.
- 14 Revisão de cargos públicos obsoletos, pendente de estudo e, posteriormente, de eliminação de carreiras desnecessárias às demandas atuais.

A NOSSA MISSÃO É REPRESENTAR O EMPREENDEDOR

Somos uma entidade empresarial que trabalha há 85 anos pela melhoria do ambiente de negócios. Representamos, aproximadamente, 1,5 milhão de empresas que respondem por 10 milhões de empregos e cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) paulista e 10% do PIB brasileiro.

Somos líderes empresariais, empresários, executivos, gestores, administradores, consultores, economistas, juristas, especialistas, empreendedores...

... Um grupo heterogêneo e plural, unido e mobilizado por soluções de problemas que afetam a vida do empreendedor e do cidadão.

FECOMERCIOSP
WWW.FECOMERCIO.COM.BR





Foto: divulgação/arquivo pessoal



Inacreditável América Latina

Gabriel García Márquez dizia que o realismo da sua obra não tinha nada de fantástico. O estilo que consagrou o autor colombiano era inspirado, segundo o próprio, no cotidiano da América Latina, onde fatos esdrúxulos fazem parte do dia a dia. Agora, o jornalista Ariel Palacios — correspondente para assuntos latino-americanos há quase três décadas — reúne, em livro, histórias saborosas ou, como ele mesmo classifica, bizarras de líderes da região, envoltos num panorama histórico-político.

América Latina, lado B
(Globo Livros, 448 páginas, R\$ 64,90)

Ilustração: Annima de Mattos

EDUCAÇÃO DE BERÇO

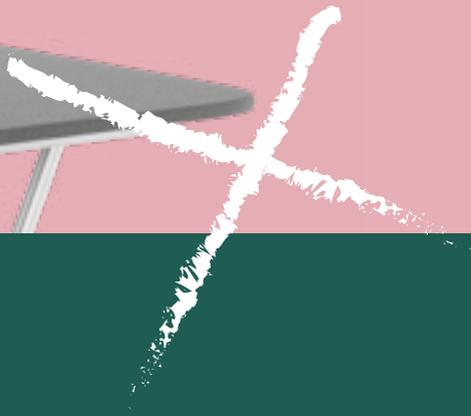
Os problemas educacionais do Brasil se concentram, sobretudo, nos extremos da etapa básica — isto é, na primeira infância e na transição para o ensino médio. O diagnóstico é do economista André Portela, que leciona Políticas Públicas na FGV-SP e esteve presente na reunião da Frente Empresarial de Modernização do Estado, da FecomercioSP. Segundo o economista, apesar dos avanços nos últimos anos na universalização do ensino, o País ainda convive com problemas graves tanto em termos de quantidade quanto de qualidade do ensino.

Via insegura

Nas estradas ou nas cidades, um problema persiste: o roubo de cargas. Longe de ser apenas um transtorno para as empresas transportadoras, o crime impacta o comércio atacadista, uma peça vital na cadeia de abastecimento do País. De acordo com levantamento do Centro de Estudos em Economia do Crime, da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap), cerca de 80% dos roubos de carga no Brasil ocorrem na Região Sudeste, dos quais 80% acontecem em áreas urbanas. Dentre os produtos mais roubados, destacam-se alimentos, cigarros, bebidas e eletroeletrônicos.

Nação ansiosa

Enquanto o movimento Wait Until 8th (“Espere até o Oitavo Ano”, em tradução livre) — que defende que crianças não tenham celulares até os 14 anos — ganha força em todo o mundo, o Brasil protagoniza um ranking alarmante: 9,3% da população já recebeu o diagnóstico de ansiedade, o maior índice global segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). E, pela primeira vez, os casos entre crianças e adolescentes superam os de adultos.

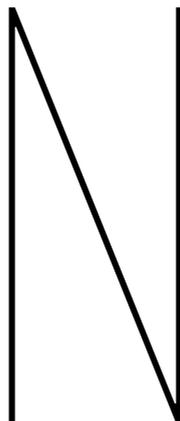


LEGADO OLÍMPICO

RIO DE ATRASOS E PROMESSAS

texto CAROL CASTRO | ilustração DÉBORA FARIA





No momento em que Paris sedia a edição 2024 dos Jogos Olímpicos, vem à mente 2016, ano em que o Rio de Janeiro recebeu o evento. Acontecimento celebrado como uma das grandes vitórias do Brasil na última década, as Olimpíadas no Rio custaram alto aos cofres públicos: R\$ 21,5 bilhões. O problema é que pouco sobrou para a população carioca. Teleféricos abandonados marcam a promessa não cumprida de urbanização das favelas, enquanto investimentos para melhorar a mobilidade urbana foram insuficientes e mal planejados. Algumas arenas esportivas estão às moscas. Por outro lado, a cidade recebeu, dos Jogos 2016, quatro ginásios educacionais tecnológicos, parques, uma escola municipal, uma piscina transferida para um novo parque, uma estação de metrô e o Boulevard Olímpico, onde fica o Museu do Amanhã, na revitalizada área portuária.

Até meados de 2012, os moradores do Morro da Providência, na Gamboa, zona central da capital fluminense, se reuniam na Praça América Brum para jogar bola, dançar e tomar cerveja. Era um dos poucos espaços de lazer da comunidade, com quadra esportiva e botecos ao redor. Sem qualquer consulta aos moradores, a praça cedeu lugar à primeira estação do teleférico local — uma das obras mais espetacularizadas pelo então prefeito Eduardo Paes como promessas de “legado olímpico” para a população. O teleférico, inaugurado em 2014, custou R\$ 75 milhões e funcionou por apenas dois anos. E só voltaria a atender à população sete anos depois, em abril de 2024.

No Morro do Alemão, na zona norte, quase 2 mil famílias foram realocadas para as obras do teleférico local, responsabilidade do governo estadual. O meio de transporte funcionou entre 2011 e 2016, com previsão de reinauguração

apenas para 2025. Até abril deste ano, a área da estação servia como estacionamento e abrigo temporário a policiais, após um incêndio atingir uma base local das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), outra das promessas frustradas do governo para melhorar a segurança nas favelas. “Havia uma garantia de vida útil prevista dos cabos. Só que começaram a dar problema muito antes, porque, em geral, os teleféricos são em linha reta, e o do Alemão, em vaivém. O cabo é torcido de duas maneiras diferentes. Parou de funcionar por isso”, explica Licínio M. Rogério, diretor de Mobilidade Urbana da Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro (FAM Rio). “Quando para de funcionar, a população começa a depredar. As coisas são feitas sem consequência. O mesmo acontece com as UPPs: deram errado porque entraram só com a polícia, sem qualquer lado social. Depois de um tempo, o tráfego passou a conviver em paz com os policiais”, avalia.

No total, segundo dados do Tribunal de Contas da União (TCU), os Jogos Olímpicos do Rio, em 2016, custaram R\$ 21,5 bilhões aos cofres públicos: a prefeitura gastou R\$ 4,81 bilhões, enquanto os governos federais e estaduais arcaaram, cada um, com R\$ 8,31 bilhões. Outros R\$ 22,2 bilhões vieram de investimentos privados. Isso tudo sem contar os gastos com despesas públicas nos anos seguintes.

‘BOOM’ PRÉ-OLÍMPICO

Em contrapartida, os indicadores econômicos, educacionais e de acesso a serviços públicos melhoraram na cidade — o problema é que foi só durante o período pré-olímpico. “O Rio de Janeiro vivia uma decadência desde a perda da capital. Após o anúncio dos jogos, a cidade viveu algumas mudanças sociais concretas, como melhoria no acesso a saneamento, tratamento de lixo, moradia, transporte”, explica Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social) e autor do livro *Evaluating the local Impacts of The Rio Olympics* (“Avaliando os impactos locais das Olimpíadas do Rio”, em tradução livre).



O Rio passou, de acordo com dados do livro, a apresentar 18 indicadores acima da média de outros municípios a partir de 2008. Antes disso, a capital fluminense se destacava em apenas sete desses indicadores. “Vale lembrar que o Brasil entrou em recessão entre 2015 e 2016. Talvez os efeitos das Olimpíadas tenham sido maiores na cidade justamente porque conseguiram manter as rodas da economia girando”, completa Neri. Contudo, as vantagens de sediar os jogos pararam por aí: as taxas de desemprego voltaram a subir e os índices econômicos, a piorar. “Muitos estudos socioeconômicos comprovam que a realização desse tipo de evento beneficia, em geral, o capital transnacional. O aporte de recursos públicos atua como alavanca para a ampliação do capital privado de empresas nacionais envolvidas e, principalmente, das corporações internacionais, com o pretexto de deixar para cidades-sede os questionáveis legados esportivos”, contesta Humberto Kzure-Cerquera, professor de Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Tecnologia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). “Na geração de postos de trabalho, claramente se tratou de ocupações temporárias. O desemprego e a recessão econômica vieram na sequência, com a finalização dos megaeventos.”

Prejuízos financeiros após os jogos não são exclusividade do Rio. O economista Andrew Zimbalist, autor do livro *Circus Maximus: The Economic Gamble Behind Hosting the Olympics and the World Cup* (“Circus Maximus: o jogo econômico por trás do sedimento das Olimpíadas e da Copa do Mundo”, em tradução livre), analisou 19 pesquisas acadêmicas sobre o tema e concluiu que não vale a pena sediar megaeventos. Segundo Zimbalist, todas as projeções de orçamentos previstos nas cidades-sede, desde os jogos de 1960, extrapolaram em 172%, em valores ajustados pela inflação. A contrapartida esperada — o dinheiro do Turismo e demais investimentos — não compensaram os custos, de acordo com os cálculos do autor.



**EM TODAS AS
EDIÇÕES DOS JOGOS
OLÍMPICOS, DESDE
1960, A CONTA PARA
A REALIZAÇÃO DO
EVENTO FICOU
172% MAIOR QUE
O ORÇAMENTO
PREVISTO**

DA BELEZA E DO CAOS

À época das Olimpíadas, o prefeito Eduardo Paes montou o programa Morar Carioca, um pacote de R\$ 8 bilhões de investimentos em infraestrutura nas favelas. A ideia era melhorar o acesso aos serviços públicos e reduzir a quase zero, até 2020, a discrepância entre a vida nas comunidades e nos bairros formais. Nesse pacote, constavam o teleférico do Morro da Providência e o Porto Maravilha, que previa reformas na região central da cidade. O que de fato ocorreu: a zona portuária foi totalmente revitalizada — e gentrificada.

Fato é que essas obras de saneamento e acesso a serviços públicos não alcançaram outras áreas da cidade com o mesmo vigor. E as UPPs, que carregavam a promessa de pacificar as favelas, fracassaram. Entre planos que ficaram no papel, moradores tiveram de sair das próprias casas para a preparação dos jogos: no total, mais de 80 mil cariocas foram removidos nos anos pré-olímpicos. O caso da Vila Autódromo é um dos mais emblemáticos. O bairro fica entre a Lagoa de Jacarepaguá, na zona oeste, e o Parque Olímpico, que recebeu as principais atrações esportivas em 2016. A alegação era de que seria necessário construir vias de acesso às arenas por dentro da favela, inaceitável para o padrão olímpico. Os moradores lutaram por anos, apresentando planos alternativos, até conseguir uma vitória. No fim, a Vila Autódromo resistiu, ainda que em número bem menor: apenas 20 famílias permaneceram no local, enquanto outras 3 mil pessoas tiveram de abandonar os lares.

MOBILIDADE RESTRITA

Na região central, dentro do projeto de revitalização, a prefeitura criou o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), obra contemplada no pacote do Porto Maravilha. A linha passa pelo Aeroporto Santos Dumont, percorre os principais pontos do centro e chega à zona portuária. “Hoje, funciona com uma velocidade menor do que na época, não sei por qual motivo. É o ‘Veículo Lento sobre Trilhos’”, critica Rogério, da FAM Rio. “Teoricamente, é um veículo de média capacidade, confortável. É o que menos apresenta problemas, na minha opinião. Mas, no projeto todo de mobilidade, foram construídos oito quilômetros de túnel para automóveis. É preciso de apenas quatro quilômetros para aumentar em 40% a capacidade da linha 2 do metrô”, compara.

A principal expansão no sistema metroviário foi a conexão da zona sul com a Barra da Tijuca, na zona oeste, com a construção da Estação Jardim Oceânico. No entanto, a Estação Gávea, prevista no projeto, segue parada há nove anos por causa de investigações da Lava Jato sobre superfaturamento das obras. Para evitar desmoronamentos, os túneis de acesso e a própria estação foram inundados. A previsão é que as obras sejam retomadas ainda em 2024, e a inauguração aconteça, enfim, em 2026. Outra promessa de melhoria na mobilidade urbana para a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas foi o BRT, sigla para Bus Rapid Transit, modelo que contempla a criação de faixas de rolagem exclusivas para ônibus. Até 2016, três linhas foram inauguradas: TransOeste, TransCarioca e TransOlimpica. A última delas, a TransBrasil, teve um atraso de sete anos para ser concluída. A inauguração aconteceu apenas recentemente, no fim de abril, mais de uma década depois do previsto e com custo extra de R\$ 361 milhões.

Os especialistas consultados pela **PB**, no entanto, concordam que ambas as modalidades não resolvem o problema da mobilidade urbana na cidade. De acordo com esses profissionais,

a melhor medida para a questão é investir em trilhos sobre a superfície. “Trata-se apenas de modais complementares para o sistema de circulação de passageiros. O Rio de Janeiro investiu elevados recursos para a implantação da infraestrutura destinada à operação do BRT e do VLT, negligenciando a oportunidade de expansão das linhas do metrô e a modernização dos trens urbanos. Tudo isso para atender a quais interesses?”, questiona Kzure-Cerquera, da UFFRJ. “Ademais, as obras para a implantação desses modais, principalmente o BRT, ocasionaram demolições em áreas de baixa renda, afetando, inclusive, espaços urbanos de valor cultural e ambiental”, ressalta o professor. Segundo ele, houve ainda remoções de assentamentos pauperizados, contrariando qualquer possibilidade de urbanização. “Com tantos recursos drenados há anos para essa linha do BRT, o metrô de superfície não poderia ter sido uma alternativa mais eficiente?”, completa.

‘ELEFANTES BRANCOS’?

Por anos, as arenas do Parque Olímpico ficaram abandonadas. Havia uma promessa para as estruturas construídas para os jogos de 2016: transformá-las em escolas. Ainda que com atraso, as obras, enfim, saíram do papel — curiosamente apenas em 2024, ano de eleição municipal. Com as estruturas da Arena do Futuro, que recebeu os jogos de handebol nas Olimpíadas, e *goalball*, nas Paralimpíadas, a Prefeitura do Rio inaugurou quatro Ginásios Educacionais Tecnológicos (GETs), entre fevereiro e maio deste ano: em Bangu, Santa Cruz, Campo Grande e Rio das Pedras, todos na zona oeste. Também no início deste ano, em fevereiro, a Arena Olímpica deu espaço ao Ginásio Educacional Olímpico Isabel Salgado, o maior colégio da rede municipal carioca, com 18 mil metros quadrados, 24 salas de aula, laboratórios e refeitório. A escola atende a cerca de mil alunos dos ensinos fundamentais I e II. Ainda em 2024, foi inaugurado o Parque Rita Lee, em maio,

que ocupa parte do Parque Olímpico. Outras áreas do mesmo empreendimento viraram parque público um ano após os jogos, em 2017. A piscina do Estádio Aquático, com proposta de ser remontada em um novo parque, em Inhoaíba, na zona oeste, segue apenas como plano.

A administração de outros espaços, que pertencem à União — como Arena Olímpica, Arenas Cariocas 1 e 2, e o Centro de Tênis —, recebem eventos esportivos esporadicamente. “Por seis anos após a realização dos jogos, o Parque Olímpico ficou praticamente ocioso e teve as estruturas comprometidas pela falta de manutenção. Convém dizer que, apesar das recentes transformações, todas as obras realizadas na cidade durante a Rio 2016 são repletas de polêmicas e contradições”, defende Kzure-Cerquera. No fim das contas, segundo os especialistas ouvidos, não existe um exemplo perfeito quando se trata de legado de megaeventos esportivos. Barcelona, conhecida por impulsionar o Turismo na Espanha depois das Olimpíadas de 1992, já vinha investindo na melhora da sua infraestrutura, lançando mão dos jogos para atrair estrangeiros. “Ao contrário do Brasil, por lá, a Olimpíada foi a cereja do bolo. Aqui foi atípico, vivíamos um período de recessão”, compara Neri, do FGV Social. Ainda assim, a cidade catalã também cometeu falhas. “Também houve ações de ‘bota-abaixo’, talvez menos agressivas do que as ocorridas no Rio de Janeiro. E a cidade pagou um preço alto para manter o conjunto edificado e as infraestruturas urbanas”, explica Kzure-Cerquera. Segundo o professor, a administração da cidade precisou reinventar formas de uso para as instalações construídas, o que foi feito por meio de parcerias entre os setores público e privado para a realização de diferentes eventos. “Isto é, Barcelona assentou as bases econômicas para beneficiar, principalmente, o capital privado internacional”, conclui o professor.





Comida de verdade para quem mais precisa

A BORI desenvolve soluções para tornar o conhecimento científico acessível, por exemplo, por meio do mapeamento e da disseminação de estudos científicos de excelência de pesquisadores brasileiros à imprensa nacional. A proposta é impactar positivamente a sociedade e as tomadas de decisão com base em evidências científicas.

Acesse abori.com.br ou fale com a gente no bori@abori.com.br

Ao completar dez anos, em 2024, o *Guia alimentar para a população brasileira* instiga o Brasil a refletir a respeito do que alcançamos até agora e quais desafios ainda temos pela frente quando o assunto é alimentação saudável. A BORI tem olhado para o tema divulgando, à imprensa nacional de maneira detalhada, estudos de pesquisadores brasileiros sobre sistemas nutricionais, que envolvem desde a produção do alimento até o consumo do produto. Nesta edição, trazemos cinco exemplos de pesquisas, publicadas neste ano, acerca de um problema que impacta a saúde pública brasileira: o consumo de ultraprocessados, que roubam o lugar da comida de verdade.

O *Guia alimentar*, que faz recomendações gerais para a população sobre a escolha de uma refeição equilibrada e saudável, serve de instrumento para ações educativas e políticas públicas. O documento foi criado em 2014 pelo Ministério da Saúde, em parceria com o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens), da Universidade de São Paulo (USP), e a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), a partir da constatação de que os brasileiros passaram a ser acometidos, de forma mais intensa nas últimas décadas, por doenças como obesidade e diabetes.

A ciência nacional foi pioneira na percepção de que o fenômeno da obesidade poderia estar relacionado ao consumo de produtos industrializados — e na criação de uma forma de agrupar alimentos segundo o processo industrial: a classificação Nova. O conceito de ultraprocessado, que ganhou o mundo, faz parte dessa especificação, nomeando formulações criadas pela indústria que mimetizam o sabor de alimentos in natura, com adição de açúcar, óleos, gorduras e aditivos para atrair o paladar dos consumidores.

De forma geral, passamos a consumir mais itens como salgadinhos, macarrão instantâneo

e refrigerantes, e menos alimentos saudáveis consumidos no estado natural. Uma pesquisa das universidades estaduais do Ceará (Uece) e do Rio de Janeiro (Uerj), publicada em maio de 2024 na *Revista de Nutrição*, constatou que o consumo de refeições com ultraprocessados aumentou entre 2008 e 2018 no Brasil — e que esses produtos passaram a substituir o tradicional arroz com feijão, prato bastante nutritivo.

O estudo ainda aponta que essas mudanças nos hábitos alimentares podem ter contribuído para o aumento nos casos de obesidade entre brasileiros. Segundo esses dados, o sobrepeso aumentou, no período, 6% entre mulheres e 4% entre homens.

BAIXO PREÇO FAZ A ESCOLHA

É o ambiente que determina as escolhas alimentares das pessoas — por exemplo, no acesso a ultraprocessados ou a alimentos in natura. Uma pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), publicada em março de 2024, na revista *Cadernos de Saúde Pública*, traz dados preocupantes sobre a falta de acesso a alimentos saudáveis nas favelas. O trabalho escutou moradores de comunidades de todo o País, que relataram ter dificuldade de encontrar frutas, verduras e legumes a preços acessíveis nos pontos de venda próximos a suas casas. Os relatos também mostram que a rotina corrida faz com que essas pessoas escolham os ultraprocessados em vez de preparar a própria comida.

O baixo preço parece ser um fator em comum para a escolha desse tipo de produto. Em Pernambuco, por exemplo, o consumo de ultraprocessados é três vezes maior entre pessoas de baixa renda do que aqueles com renda superior a um salário mínimo, segundo mostra outra pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), publicada em abril de 2024, na *Revista Brasileira de Epidemiologia*.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CARDÁPIO DE SOLUÇÕES

Diante desse cenário, os especialistas são unânimes em afirmar que é preciso diminuir o consumo de ultraprocessados entre a população brasileira, e políticas públicas intersetoriais têm um papel importante nisso. Para melhorar os ambientes alimentares, o Poder Público pode aprimorar projetos existentes, construídos ao longo de décadas, além de formular novas propostas que incentivem um consumo alimentar saudável.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são duas iniciativas que trazem resultados interessantes. De um lado, o Pnae garante o abastecimento de escolas públicas com alimentos saudáveis. Conforme pesquisa da Universidade de Brasília (UnB), publicada em maio de 2024 na revista *Brazilian Political Science Review*, trata-se de uma política pública fundamental, porque reúne diferentes áreas (como Saúde e Educação) e níveis de governo (como Estados e municípios). De outro, está o PAA, em que o governo adquire e distribui alimentos da agricultura familiar. O programa fez a renda média dos agricultores familiares vinculados crescer 24% em oito anos. Os dados são de estudo de pesquisadores do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), publicado em abril de 2024 na revista *Desenvolvimento e Meio Ambiente*.

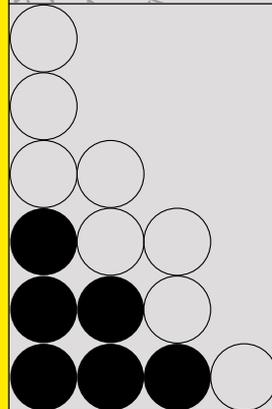
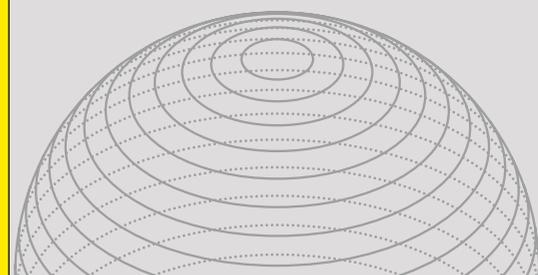
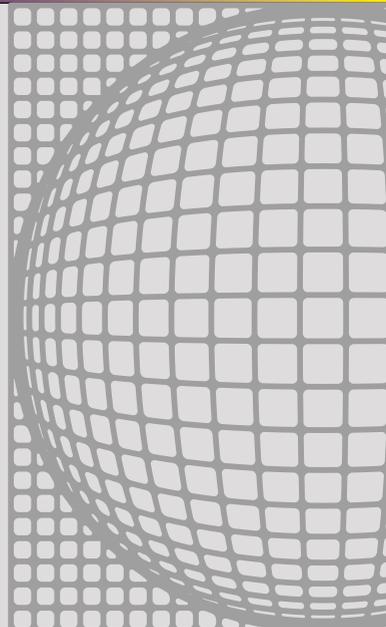
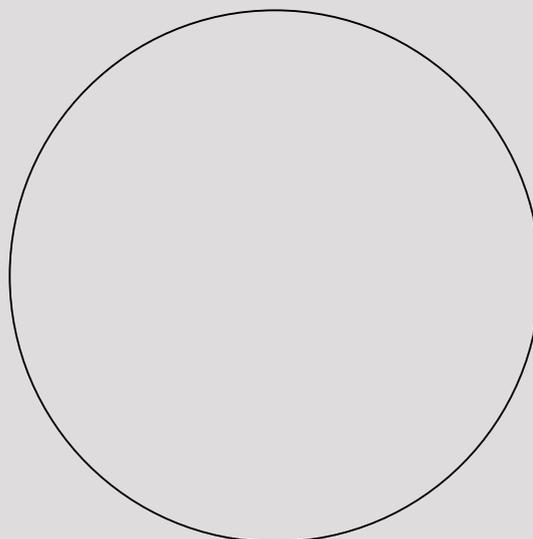
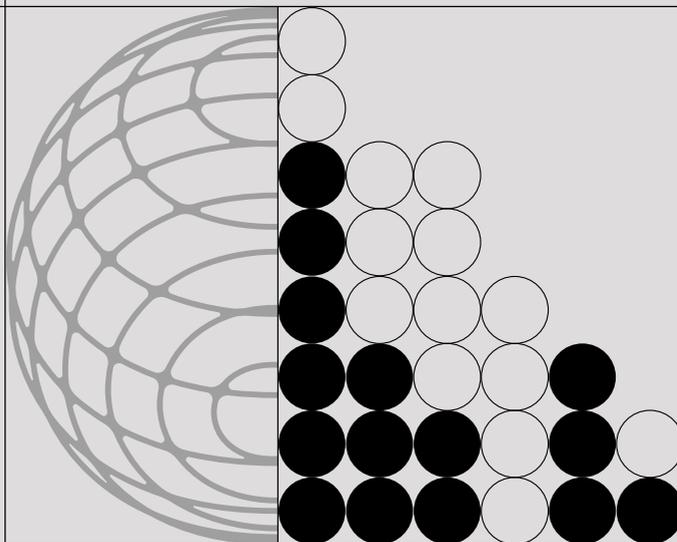
Facilitar o acesso a alimentos saudáveis promove desde a melhoria das condições econômicas das famílias produtoras até o menor comprometimento da renda de quem os adquire. Seguindo as recomendações do *Guia alimentar*, essas pessoas ainda ganham em saúde e qualidade de vida, representando menos gastos, no longo prazo, para os governos. A ciência pode ajudar a subsidiar políticas públicas sobre o tema e, assim, contribuir para uma sociedade brasileira mais saudável.

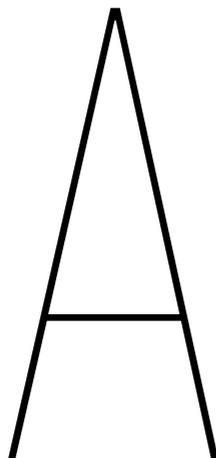
**PESQUISAS
BRASILEIRAS
RECENTES JOGAM LUZ
SOBRE O PROBLEMA
DE CONSUMO DE
ULTRAPROCESSADOS
NO PAÍS,
REFORÇANDO A
IMPORTÂNCIA DO
GUIA ALIMENTAR
DA POPULAÇÃO
BRASILEIRA, QUE
COMPLETA DEZ
ANOS EM 2024**

&

NEM CENOURAS, NEM PORRETES

Convencer o outro a fazer aquilo que se espera é uma arte. Nas relações internacionais, quem exerce influência sem ser pela força ou pelo dinheiro tem outro tipo de poder, o tal soft power.





A expressão *soft power* foi cunhada por Joseph Nye, cientista político e professor em Harvard, no fim dos anos 1980. Foi uma forma de descrever a habilidade de certos países de atrair e persuadir os demais sem o apelo de armas ou pressão econômica. Desde então, o termo passou a ser frequente nas relações internacionais. Segundo Nye, o conceito de poder é a capacidade de influenciar os outros. Há três formas de chegar lá: ameaçá-los com porretes (via militar); recompensá-los com cenouras (via econômica); ou cooptá-los para que queiram o mesmo que você. Quem conseguir pela terceira via — o tal *soft power* —, gastará menos com cenouras e porretes.

Aqui, cabe a metáfora do tabuleiro de xadrez para ilustrar a disputa de forças entre potências. Num mundo de relações multilaterais, a referência se torna limitada, já que esse jogo não contém mais só um oponente. Mais que isso: os poderes bélico e econômico seguem como principais ativos de força no tabuleiro global — no entanto, um terceiro, mais leve (por assim dizer), tem equilibrado forças e posto em evidência nações que não necessariamente sejam campeãs em influências econômica e militar. É aí que entra em cena o *soft power*, um tipo de influência intangível, mas já medida por consultorias e organismos internacionais. Lazer, cultura, esporte e até produtos do entretenimento entram na conta do que faz um país influenciar as preferências e os comportamentos de vários atores na arena internacional — sejam Estados, sejam corporações, sejam comunidades —, sempre por meio da atração e da persuasão, e não da coerção.

Futebol, praias, festas e a cordialidade do povo colocam o Brasil em lugar relevante no mundo quando o assunto é *soft power*, mas ainda aquém das reais potencialidades de uma nação com tamanhas dimensão territorial, diversidade, cultura e influência regional. O que os números mostram é que os esforços do Bra-

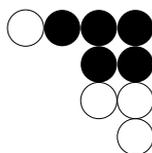
sil para se tornar uma liderança global pacífica se mostram pouco frutíferos até o momento. O País ficou em 31º lugar no Soft Power Index 2024, estudo da Global Finance que classifica as nações pela influência, mantendo a posição do ano anterior e fora do topo das 30 nações mais dominantes do mundo. Dentre os líderes do *soft power*, destacam-se as potências do bom e velho *hard power*, como Estados Unidos, Reino Unido e China — em primeiro, segundo e terceiro lugares, respectivamente. A lista traz também países que despontam nas primeiras posições ou tiveram fortes altas graças ao sucesso de sua cultura pop, literatura, gastronomia e esportes, como os casos de Suíça (8º lugar), Coreia do Sul (15º) e Catar (21º).

Desde que entrou no estudo, há cinco anos, o Brasil ganhou apenas dez pontos no índice. O País se sai bem em atributos como “diversão” e “liderança em esportes”, mas será difícil aumentar a sua influência se não trabalhar para melhorar a percepção nas métricas que mais pontuam no ranking da Brand Finance, como Educação e Ciência (58º lugar), Relações Internacionais (38º lugar) ou Negócios e Comércio (41º lugar).

CALCULANDO O INCALCULÁVEL

O índice da Brand Finance é medido com base em uma pesquisa de opinião realizada com 170 mil líderes políticos e empresariais de mais de cem países, que contam as próprias percepções sobre os 193 membros da Organização das Nações Unidas (ONU). Na sequência da China, Japão e Alemanha completam o “top 5”. Entretanto, esse conceito parece seguir na contramão dos conflitos armados: nos últimos anos, Rússia, Ucrânia e Israel vêm perdendo pontos e posições no ranking. O Global Soft Power Index leva em conta 55 métricas e avalia sete dimensões: Negócios; Governança; Relações Internacionais; Cultura e Tradição; Mídia e Comunicação; Educação e Ciência; e Pessoas e Valores. Há subdivisões dentro dos itens. “Belezas naturais” e “comida” estão sob o guarda-chuva Cultura e Tradição, por exemplo. E cada uma dessas dimensões tem variáveis de familiaridade, reputação e influência, porque conhecer é diferente de admirar — e ainda mais difícil é despontar como liderança em uma dessas áreas.

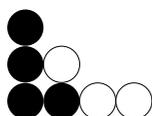
“O primeiro *drive* é a familiaridade, porque eu não consigo associar valores a algo que desconheço. Já a reputação é um índice de favora-



OS CAMPEÕES DO 'SOFT POWER'

1. ESTADOS UNIDOS Pontuação: 78,8 (+4)
2. REINO UNIDO Pontuação: 71,8 (+4,5)
3. CHINA Pontuação: 71,2 (+6,2)
4. JAPÃO Pontuação: 70,6 (+5,4)
5. ALEMANHA Pontuação: 69,8 (+4)
6. FRANÇA Pontuação: 67,3 (+4,9)
7. CANADÁ Pontuação: 64,4 (+3,7)
8. SUÍÇA Pontuação: 62,9 (+4,4)
9. ITÁLIA Pontuação: 62 (+5,4)
10. EMIRADOS ÁRABES UNIDOS Pontuação: 59,7 (+4,5)

Fonte: Brand Finance - Índice Global de Soft Power 2024



bilidade, pois detecta se tenho tendências ou atitudes positivas em relação a alguma coisa. O Brasil é bem conhecido, mas a taxa de reputação não acompanha esse conhecimento. Por fim, temos a influência, que é como um país impacta os outros”, explica Eduardo Chaves, diretor-geral da Brand Finance no Brasil, sobre como é montada a avaliação. Um dos problemas nacionais, segundo Chaves, é que mesmo em aspectos em que o País é bem conhecido e goza de boa reputação, a influência tende a ser baixa. Somos reconhecidos pelas belezas naturais, mas isso não se traduz na atração de grandes volumes de turistas. Em 2023, 7,4 milhões de estrangeiros visitaram o Brasil, um recorde nacional, mas bem abaixo dos 38 milhões que visitam, anualmente, o México, que compartilha características positivas e negativas com o nosso país, como maravilhas naturais, fatores econômicos e violência. Além da segurança pública, pesam na decisão do turista internacional percepções sobre a falta de infraestrutura e a corrupção, assim como a educação deficiente, que reduz drasticamente o número de pessoas que falam inglês por aqui.

Os melhores indicadores são os que apontam que somos uma população “amigável”, com 7,3 pontos de 10, e “diverti-

da”, com 7,1. No entanto, no bloco “governança”, a situação não é nada interessante: a média ficou em 2,9. As notas mais baixas do Brasil foram em “exploração espacial” (1,4) e “liderança em ciência”, com apenas 1,7 ponto. “Até temos polos científicos importantes, mas a baixa qualidade geral da educação faz com que passem despercebidos”, afirma o diretor da Brand Finance.

O índice não é (nem pretende ser) um retrato da situação real dos países. Trata-se, na verdade, de um reflexo da imagem projetada por cada nação ao restante do mundo. “Não são indicadores diretos, mas um somatório das percepções. Por mais que o Brasil tenha mídias livres, há dois anos, por matérias que foram veiculadas em meios globais, nossa nota baixou no quesito ‘mídia confiável’ e estamos, hoje, só com 3,6 pontos. É uma variável diferente de avaliar a liberdade de imprensa de fato”, explica Chaves.

Portanto, um trabalho de relações públicas e marketing pode ter bons resultados para aumentar o *soft power* de um país. Contudo, o trabalho com a imagem só vai até certo ponto, alerta o diretor da Brand Finance. “Cada público dá mais importância para pontos específicos. O investidor quer uma economia estável e baixa corrupção. Um importador quer confiança e sustentabilidade”, detalha Chaves. E é fundamental que a percepção acompanhe a realidade. “Se a mensagem for de que somos um país de baixa burocracia, na primeira vez que a empresa passar por um desembaraço aduaneiro complexo, perderá a confiança e vai fugir”, diz. Portanto, a mensagem enviada deve ser compatível com os fatos.

DE ONDE VEM O 'PODER SUAVE'?

Alexandre Uehara, coordenador do curso de Relações Internacionais na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), explica que foi a crescente influência global de um Japão desmilitarizado que levou os analistas a prestar atenção a novos aspectos do que torna uma nação influente além do número de ogivas nucleares e do Produto Interno Bruto (PIB). “Depois da Segunda Guerra Mundial, o Japão foi recuperando as relações com os vizinhos e conseguiu amenizar as tensões. Esse poder não vinha das armas, mas por meio das empresas de desenhos animados e pelas novelas”, cita o professor. Ele reconhece, ainda, que o crescimento econômico via educação e investimento em tecnologia também tiveram um peso importante para melhorar a influência do país. “O *soft power* é uma nova maneira de pensar as relações internacionais — para além do poder militar e da competição entre Estados Unidos e ex-União Soviética — de quem tinha mais armas nucleares”, explica Uehara. Mas um dos problemas do conceito do *soft power* é a dificuldade de mensurá-lo. Critérios para definir e avaliar uma ação tão abstrata como “influência” são menos objetivos do que a quantidade de armamento militar ou dólares do PIB.

Ainda que sem uma metodologia única bem estabelecida, parece haver certo consenso a respeito da posição que o Brasil

ocupa na capacidade de exercer esse “poder suave”. Outro ranking global, o Nation Brands Index, coloca o País como a 27ª nação mais admirada do mundo, entre 60 países pesquisados. A responsabilidade por estarmos nesse patamar (e por sair dessa situação) é coletiva, defende o professor da ESPM. De um lado, o governo, em todas as suas instâncias, historicamente vende para o exterior uma fórmula já velha de carnaval/samba/futebol. “Isso não serve para projetar uma imagem de que seja seguro investir aqui e que possa, por exemplo, ajudar a trazer uma fábrica para o Brasil ou que tenha em vista o longo prazo”, critica. Sem apontar nomes, mas em referência ao ex-presidente Jair Bolsonaro, Uehara lembrou que houve um líder brasileiro que ficava isolado em eventos internacionais em vez de buscar interlocução. A responsabilidade de elevar a influência nacional no mundo, no entanto, não cabe só a governos, mas a toda a sociedade, ao demonstrar orgulho do potencial do País sempre que houver oportunidade. Um exemplo do professor da ESPM: pessoas de todo o mundo viajam em aviões da Embraer sem jamais se darem conta de que que é um produto de alta tecnologia *made in Brazil*. O especialista ressalta, ainda, que a bossa nova é um verdadeiro ativo no exterior, muito admirada, mas pouco explorada do ponto de vista econômico ou cultural.

‘HARD BRAZIL’

Em um ponto, no entanto, o País está à frente de países como Canadá, Rússia, Coreia do Sul e Austrália. Embora todos estejam mais bem posicionados em *soft power*, somos mais fortes numa vertente do *hard power* — a econômica. Neste ano, o Brasil voltou para a lista das dez maiores economias do mundo, após ter deixado o grupo em 2020, quando caiu para a 12ª posição. Diante de um PIB de US\$ 2,17 trilhões (2023), é o nono país mais rico do mundo — e as projeções para 2024 já nos levam à oitava posição, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). “O Brasil gosta de se imaginar como uma grande potência de *soft power*, mas, frente a esses índices, percebemos que não é bem assim. Estamos melhor em rankings de poder bruto. Não temos bomba atômica, mas somos uma nação mais importante militar e economicamente do que de outra forma”, afirma Daniel Buarque, pesquisador no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP).

De acordo com um balanço feito com dados do International Institute for Strategic Studies

**“A IMAGEM TEM DE REFLETIR A REALIDADE.
SE A MENSAGEM FOR DE BAIXA BUROCRACIA,
NA PRIMEIRA VEZ QUE UMA EMPRESA
PASSAR POR UM DESEMBARAÇO ADUANEIRO
COMPLEXO, PERDERÁ A CONFIANÇA.”**

RICARDO CHAVES, diretor-geral da Brand Finance

(IISS), responsável por um anuário sobre o estado das Forças Armadas globais, o Brasil subiu de 15º para 14º no ranking de países com maior gasto. Na lista da Global Fire Power, que contabiliza a frota de aeronaves militares, o Brasil aparece na 17ª colocação. De novo, sempre melhor que nas listas de *soft power*. Para Buarque, talvez seja a hora de nos concentrarmos mais em nos fortalecermos no poder tradicional. “Questiona-se muito na academia qual é o benefício real. Não faz sentido a ideia de que um país possa virar uma potência só com *soft power*. Uma potência global é um país importante militar e economicamente. O *soft* é só a cereja do bolo”, defende o pesquisador.

KIMCHI, DORAMA E PAD THAI

Obter vantagens práticas com o *soft power*, na verdade, depende muito dos objetivos estratégicos de cada país. O exemplo da Coreia do Sul ilustra bem isso. “Eles têm uma indústria importante ligada ao *k-pop* [*música pop coreana*] e conseguiram quebrar a barreira da língua e ganhar um Oscar. Claro que isso traz vantagens, como crescimento econômico, mas não estão querendo disputar com a China o papel de liderança asiática, nem pedem uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU”, afirma Buarque, que cita

ainda que o governo da Tailândia chegou a bancar a abertura de restaurantes de comida típica do país ao redor do mundo como forma de valorizar a gastronomia local. “O Brasil tem uma boa imagem e é muito reconhecido. Mas ter Pelé e Ronaldo não vai ajudar a negociar a paz na Ucrânia. Talvez fosse bom para ajudar a vender bolas de futebol, ou exportar mais jogadores”, afirma o pesquisador da USP.

Além de adaptar as expectativas a respeito do que a influência “amena” pode trazer de benefícios palpáveis, a sociedade brasileira precisa resolver algumas questões internas e estruturais antes de seguir o modelo coreano de exportar cultura. “A polarização interna atrapalha muito. No Brasil, a direita critica a Lei Rouanet, chama artista de vagabundo”, critica o pesquisador. O Brasil deve, sim, se esforçar para ganhar mais reconhecimento internacional pelo que faz de melhor, mas também precisa saber traduzir isso em vantagem econômica de fato. O caminho é longo e difícil, mas vale a pena. No fim das contas, os diferentes tipos de poderes se retroalimentam — e uma economia mais forte se traduz, inequivocamente, em mais poder.

&



AS EMPRESAS E O CLIMA EXTREMO

Eventos climáticos extremos passaram a ocupar um espaço significativo no cotidiano dos brasileiros. O Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, vem enfrentando uma devastadora ocorrência de chuvas intensas apenas um ano após ter passado por inundações severas. Em 2023, presenciamos o maior nível de chuva já registrado no Brasil em 24 horas. As tempesta-

des ocorreram em São Sebastião, Bertioga, Barra do Sahy e Juquehy, no litoral norte de São Paulo, acumulando 683 milímetros de precipitação em um único dia.

Além disso, a seca histórica dos rios amazônicos, como o Negro e o Tapajós, atingiu níveis mínimos em mais de 120 anos. Enchentes e deslizamentos também foram observados em Re-

cife e Petrópolis em 2022, regiões geomorfologicamente distintas, mas igualmente vulneráveis a eventos climáticos extremos. Esses exemplos evidenciam que essas mudanças não são um desafio do futuro distante, mas uma realidade presente e urgente não apenas no nosso país, mas no mundo todo.

Segundo o Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), a intervenção humana, especialmente desde a segunda metade do século 19, tem causado um aumento exponencial na concentração de Gases de Efeito Estufa (GEEs) na atmosfera. Essa correlação entre atividades econômicas e a crise climática aponta para a responsabilidade específica de determinados atores. Filósofos e pensadores indígenas, por exemplo, argumentam que o compromisso pela crise climática não é universal, mas está distribuído de maneira desigual, afetando diferentes classes, raças e gêneros de formas distintas.

Nos debates internacionais, como na última Conferência das Partes (COP28), o Brasil defendeu a necessidade de reconhecer essas diferentes responsabilidades. Países desenvolvidos, que se industrializaram de maneira insustentável, devem assumir compromissos mais robustos e apoiar os países em desenvolvimento na redução de emissões e na adaptação aos efeitos das mudanças climáticas. A vulnerabilidade a eventos extremos está diretamente ligada aos processos de exclusão social que relegaram populações marginalizadas a áreas de alto risco de desastres.

Portanto, qualquer abordagem com foco na mitigação e na adaptação a essas mudanças deve considerar essas desigualdades. Tradicionalmente, o setor empresarial foca em ações como mensuração, reporte, redução de emissões, transição energética e investimentos em inovação. No entanto, a adaptação aos efeitos nocivos das mudanças do clima foi, em grande parte, deixada para o Poder Público, que deve investir em infraestrutura, comunicação com populações de risco e planejamentos urbano e rural. E para aproximar os empresários dessa agenda de adequação, é necessário integrar a agenda climática com a de direitos humanos. Negócios devem investir em prevenção, gestão de riscos climáticos e socioambientais. Além disso, a implementação de programas ASG (Ambiental, Social e Governança) é fundamental para reduzir riscos financeiros e reputacionais,

além de atrair investidores que priorizem práticas sustentáveis.

Regulamentações internacionais, como a Diretiva de Devida Diligência em Sustentabilidade Corporativa, da Comissão Europeia, que será implementada a partir de 2027, exigirão que as empresas identifiquem, avaliem, abrandem e corrijam impactos negativos sobre os direitos humanos e o meio ambiente nas cadeias de valor. Essas obrigações incluem a análise de riscos relacionados a trabalho infantil, escravidão, poluição, desmatamento e danos aos ecossistemas, alinhando-se com padrões internacionais, como os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (POs) e as Diretrizes para Empresas Multinacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Essas mudanças regulatórias internacionais exigirão que negócios operantes no Brasil ou que mantenham relações comerciais com países aderentes a essas legislações se adaptem. A definição de metas e planos setoriais será essencial para atribuir responsabilidades adequadas aos diferentes atores. Por isso, os anos de 2024 e 2025 serão estratégicos para as agendas climática e socioambiental, especialmente com a realização da COP30 em Belém (PA), que marcará os dez anos da aprovação do Acordo de Paris e a necessidade de revisão das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs).

O desafio, então, será traduzir as exigências internacionais para a realidade brasileira, garantindo que as ações de contenção da crise climática sejam efetivas e beneficiem tanto a sociedade quanto a natureza, sem acentuar desigualdades históricas. A COP brasileira deve “inserir as pessoas no clima”, construindo ações em parceria com diferentes atores para garantir um futuro sustentável e justo.

&



CAIO MAGRI,
*diretor-presidente do
Instituto Ethos, e*

MARINA ESTEVES,
*coordenadora de
Práticas Empresariais
e Políticas Públicas em
Clima e Meio Ambiente
do Instituto Ethos*



MATEMÁTICA PARA A VIDA REAL

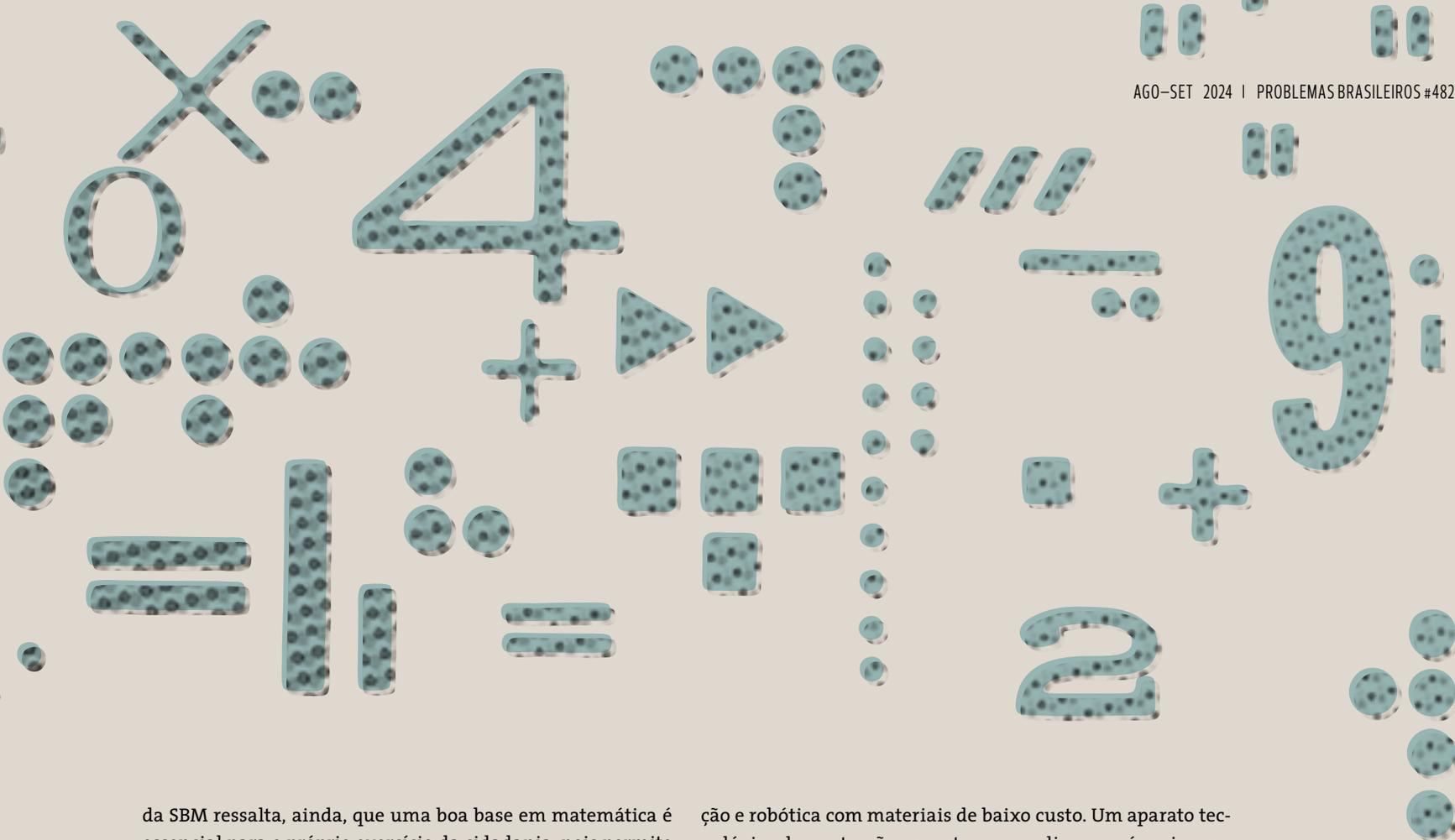
Em 2025, o Brasil terá um déficit de 530 mil trabalhadores atuantes na Tecnologia da Informação (TI), em um cenário no qual 66,5% dos jovens abandonam graduações na área. Na origem desses números, está o baixo índice de aprendizagem das ciências exatas na escola. Um dos caminhos para mudar o quadro passa pela adoção de propostas interdisciplinares que mostrem a aplicação do conhecimento em contextos reais. É o caso do STEAM, abordagem que une ciências, tecnologia, engenharia, matemática e arte.

texto LUCIANA ALVAREZ

Nos sonhos profissionais de muitos jovens, figuram carreiras ligadas às ciências e aos números. Mais do que isso, a dinâmica econômica aponta para a necessidade de profissionais nessas áreas, enquanto outras penam frente à falta de vagas. Mas a barreira entre o sonho e a realidade, muitas vezes, passa por uma questão de base: as dificuldades na educação e na aprendizagem das ciências exatas desde o ensino básico.

Na Computação, por exemplo, embora as universidades nacionais venham aumentando a oferta de empregos, a taxa de desistência é altíssima. Segundo o Mapa do Ensino Superior do Brasil, do Instituto Semesp, 66,5% largam os cursos de TI pelo caminho. “Sobretudo agora, com a Inteligência Artificial (IA), o País vai precisar de mais profissionais no setor. E a matemática é realmente a base desses cursos”, lembra Jaque-

line Mesquita, professora na Universidade de Brasília (UnB) e presidente da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM). O País terá um déficit de 530 mil profissionais da área até 2025, segundo um estudo da Google for Startups e da Associação Brasileira de Startups (Abstartups), divulgado ano passado. Se para a TI há pesquisa comprovando a demanda não atendida, a carência de aprendizado básico de conteúdos das disciplinas exatas pode trazer prejuízos em praticamente todas as ciências. “Para interpretar os dados, em qualquer área, precisamos de matemática. Na pandemia, sem entender os gráficos que apontavam as curvas de contágio, as pessoas tinham mais dificuldade de cumprir as medidas de isolamento social. Outro desafio são as emergências climáticas. Não há previsão sem modelos matemáticos”, cita Jaqueline. A presidente



da SBM ressalta, ainda, que uma boa base em matemática é essencial para o próprio exercício da cidadania, pois permite compreender a estatística de uma pesquisa eleitoral, ou mesmo se uma promoção do comércio é, de fato, vantajosa ou não.

Certo como dois mais dois são quatro, o fato é que não estamos aprendendo o suficiente. No Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) — classificação de desempenho de estudantes na faixa dos 15 anos, realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 81 países —, o Brasil ficou na 65ª posição. A nota nacional foi 379, abaixo da média global, 472.

MATEMÁTICA NA PRÁTICA

Perceber que a matemática não está isolada, mas presente na vida das pessoas — integrada aos desafios cotidianos —, tem sido apontado por especialistas como um elemento-chave para melhorar a aprendizagem da disciplina e das suas “irmãs” das exatas. Há quase três décadas, surgiu o movimento STEM, acrônimo em inglês para Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática — e, mais recentemente, Artes, incluindo o “A” na sigla —, que busca estimular o ensino dessas matérias com uma abordagem interdisciplinar e prática.

Segundo Débora Garofalo, que, em 2019, se tornou a primeira sul-americana finalista do Global Teacher Prize, considerado o Nobel da Educação, mobilizar saberes de forma integrada e contextualizada muda totalmente a vontade do estudante, promovendo mais aprendizados. “Tive uma ampla experiência em robótica com sucata. Vi muitos alunos que, antes, não se interessavam pela escola mudarem de postura quando começaram a se ver como fazedores, capazes de resolver problemas da sociedade”, relata.

Embora tenha presença relevante em países desenvolvidos, o STEAM ainda é tímido por aqui, sobretudo por causa de ideias equivocadas a respeito do assunto. “Ainda precisamos desmistificar a ideia de que a abordagem é elitista e mostrar que o movimento é para todos. É possível envolver programa-

ção e robótica com materiais de baixo custo. Um aparato tecnológico de ponta não garante a aprendizagem; é mais uma questão de estratégia”, explica a professora. Outro mito frequente é o de que as criações que tanto divertem os estudantes os afastam das exigências do mundo acadêmico. “Nesta metodologia, não estou abandonando o currículo, mas apresentando-o de uma nova forma. O processo de aprendizagem se dá pelo protagonismo juvenil”, explica Débora.

Além de superar os mitos, para um professor cuja própria educação foi oferecida de forma fragmentada, há dificuldade de mudar o paradigma e unir conhecimentos formais antes engavetados em disciplinas. É por isso que ampliar o STEAM depende da formação dos docentes, aponta Lilian Bacich, diretora da Tríade Educacional e uma das mais conhecidas pensadoras do conceito no Brasil, autora do livro *STEAM em sala de aula* (Editora Penso, 2020). “Para a formação fazer sentido, as pessoas precisam vivenciar o STEAM. Usamos metodologias ativas, com algum projeto ‘mão na massa’. Na hora que o educador participa de um desses projetos, ele percebe que é possível levar para os alunos também”, conta Lilian. A autora ainda destaca a importância do envolvimento de toda a equipe gestora escolar nas propostas, uma vez que o conceito exige espaços e formas de trabalho diferentes dos tradicionais. Assim, em vez de enfileirados e quietos nas carteiras, os estudantes vão atuar em grupos, conversar e construir objetos — ações, muitas vezes, consideradas barulhentas ou sinônimo de bagunça.

E vale extrapolar os muros da escola. Lilian relata a história de uma turma em recuperação que decidiu transformar um espaço ao redor do colégio, usado como depósito de lixo, em área de lazer. “Calcularam área, perímetro e inclinação do terreno. Também fizeram pesquisa de opinião, com gráficos e tabelas. Eles aprenderam porque encontraram um propósito com sentido, inclusive para toda uma comunidade”, conclui.

B



texto DIMALICE NUNES

Para ler

SALVAR O FOGO

Itamar Vieira Junior – *Todavia*

Quem se encantou com a história das irmãs Bibiana e Belonisia de *Torto arado* — que virou best-seller e deu a Vieira Junior o prêmio Jabuti de 2020 — pode apostar na leitura de *Salvar o fogo*, último romance do autor. O livro narra a história de Luzia, o pai (Mundinho) e os cinco irmãos, personagens de Tapera do Paraguaçu, comunidade rural da Bahia onde agricultores e pescadores afro-indígenas vivem a mando da Igreja, dona de um mosteiro construído na comunidade no século 18. Épico e lírico, e com o poder de emocionar e indignar a cada nova página, o romance mostra que o que assombra o passado de uma família, muitas vezes, não se distingue do território onde esse lar se constrói. Em uma mistura tanto íntima quanto social entre presente e ancestralidade, é mais uma narrativa na qual “a literatura faz justiça a quem a história silenciou”, como defende o autor.



Divulgação

Para reler

POESIA REUNIDA

Adélia Prado – *Record*

A escritora Adélia Prado trouxe para o Brasil o Prêmio Camões 2024, a maior premiação do mundo da literatura em língua portuguesa. Outros 14 brasileiros, como Chico Buarque, Rachel de Queiroz, João Cabral de Melo Neto, Jorge Amado e Lygia Fagundes Telles, já receberam a honraria. Nascida em Divinópolis (MG), onde vive até hoje, a poetisa é dona de uma linguagem singela, em que elementos do prosaico interiorano e do cotidiano familiar se fundem para dar origem a reflexões profundas que conquistam leitores há gerações. O volume *Poesia reunida* é uma chance de re-visitar a obra desta mineira que, aos 89 anos, se prepara para lançar um novo título ainda em 2024. Além disso, Adélia se adaptou ao mundo digital: no seu perfil no Instagram, é possível ouvi-la falar a respeito dos seus trabalhos e recitar poesias.



Folhapress/Folhapress

Para ouvir

PLANO REAL, A MOEDA QUE MUDOU O BRASIL

O podcast de sete episódios marca os 30 anos do início da circulação do real, em 1º de julho de 1994. A nova moeda foi etapa fundamental de um plano ambicioso que tinha como objetivo acabar com a hiperinflação no Brasil, que chegou a 4.922% em junho daquele ano, caindo para 22% já em 1995. A série, que convida o ouvinte a entrar na história do plano, conta com entrevistas com os principais personagens que o criaram, ao lado de Fernando Henrique, como Persio Arida, André Lara Resende, Pedro Malan, Gustavo Franco e Edmar Bacha. Eles contam os principais momentos da produção do pacote econômico e também dos desafios presentes da economia brasileira. O podcast, uma produção da Inteligência Financeira em parceria com o Estúdio Novelo, está disponível nas principais plataformas de áudio.

Para ver

GRANDE SERTÃO

Direção: Guel Arraes | Roteiro: Guel Arraes e Jorge Furtado

Nos cinemas

Uma narrativa distópica na qual as disputas do sertão e a paixão de Riobaldo por Diadorim, criadas por Guimarães Rosa no clássico *Grande Sertão: veredas* (1956), são transportadas para a periferia urbana do presente. Os puristas podem torcer o nariz para tamanha transgressão, mas o filme tem todos os elementos para atrair quem goste de ação. Na comunidade Grande Sertão, a luta original entre jagunços, que se torna guerra de policiais e bandidos, traz à tona questões como lealdade e traição, vida e morte, amor e coragem. Riobaldo entra para o crime por amor a Diadorim, um dos bandidos. No elenco, Caio Blat (Riobaldo), Luisa Arraes (Diadorim), Rodrigo Lombardi (Joca Ramiro), Eduardo Sterblitch (Hermógenes) e Luis Miranda (Zé Bebelo).

Clarice Lispector: religião e transcendência

De todos os nomes da literatura brasileira, o de Clarice Lispector é, certamente, um dos mais importantes, conhecidos e traduzidos. Autora de uma obra singular, atemporal e epifânica, Clarice continua despertando novas paixões e confirmando antigas, já que existe uma espécie de leitor cativo que lê, divulga e defende a autora. Dos vários aspectos de sua obra, um deles ainda não foi devidamente analisado pela crítica especializada: os diálogos com a fé e a transcendência.

Nascida na Ucrânia e de origem judaica, Clarice Lispector chegou ao Brasil ainda criança e foi aqui que produziu e desenvolveu a escrita literária. Num primeiro momento da vida profissional, atuou no jornalismo, como repórter, com certa predileção por matérias e temas ligados à cultura. Pela própria herança e relação familiar com o judaísmo, foi-lhe impossível ignorar Deus e seus mistérios, o que leva alguns de seus principais biógrafos a afirmar que ela tinha uma relação difícil com a própria religião. Sabe-se que ela não praticava nenhum preceito religioso, mas se relacionava de forma profunda com o sagrado, ainda que por vias literárias — “Eu quero simplesmente isto: o impossível. Ver Deus! Ouço o barulho do vento nas folhas e respondo ‘sim!’”.

O crítico literário católico Alceu Amoroso Lima, por quem Clarice tinha uma profunda admiração, certa vez fez a seguinte afirmação sobre a autora de *A hora da estrela*: “A presença

da transcendência divina em Clarice Lispector constitui a nota típica diferencial — tanto metafísica como psicológica e estilística — dessa inclinação planetária, que caracteriza tanto os grandes prosadores como os grandes poetas de nossa literatura pós-modernista”. A observação de Amoroso Lima é cirúrgica ao afirmar que tal aspecto (a questão religiosa) é o que “constitui a nota típica diferencial, tanto metafísica como psicológica e estilística” da sua obra.

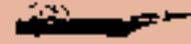
Numa outra entrevista, Clarice forneceu uma pista: “Eu não tenho fé em Deus. A sorte é às vezes não ter fé. Pois assim poderá ter a Grande Surpresa dos que não esperam milagres”. Interessante ressaltar que a autora grafou “Grande Surpresa” em letras maiúsculas. Seria Deus? Creio que seja possível, pois Clarice foi daqueles artistas que tinham fé, mas uma fé como experiência transcendental que não depende de igrejas, credos e religiões organizadas e institucionalizadas. A sua fé era uma espécie de entrega ao Mistério, ao Indizível, ao Desconhecido... enfim, à Grande Surpresa.

Em 1969, a autora entrevistou Amoroso Lima para a coluna na extinta revista *Manchete*. A seguir, encerro com a pergunta e a resposta.

— Dr. Alceu, uma vez eu o procurei porque queria aprender do senhor a viver. Eu não sabia e ainda não sei. O senhor me disse coisas altamente emocionantes, que não quero revelar, e disse que eu o procurasse de novo quando precisasse. Pois estou precisando. E queria também que o senhor esclarecesse sobre o que pretendem de mim os meus livros.

— Você, Clarice, pertence àquela categoria trágica de escritores que não escrevem propriamente seus livros. São escritos por eles. Você é a personagem maior do autor dos seus romances. E bem sabe que esse autor não é deste mundo (...).”

&



LEANDRO GARCIA,
professor na
Faculdade de Letras da
Universidade Federal
de Minas Gerais
(UFMG) e presidente
da Academia
Petropolitana de
Letras (APL)

FARKAS, O FOTÓGRAFO DOS MUITOS BRASIS

O húngaro Thomaz Farkas – que completaria 100 anos em 2024 – aportou no País, aos cinco anos, com a família, que deixou para trás uma Europa destruída pela Primeira Guerra Mundial. O empreendimento do pai, a primeira loja Fotoptica de São Paulo, ajudou a formar aquele que se tornaria um ícone da fotografia moderna. Em mais de 34 mil imagens, suas lentes documentaram momentos históricos do Brasil do século 20, como a passagem do Zeppelin pela capital paulista, a inauguração de Brasília e a pobreza nos Anos de Chumbo.

texto HERBERT CARVALHO

Ao fim da Primeira Guerra Mundial, levas de imigrantes deixam uma Europa destruída em busca de novas oportunidades. Um dos destinos era o Brasil, onde um húngaro e sua família desembarcaram. Apaixonado por instrumentos de precisão e artes gráficas, traz para São Paulo o modelo de negócio destinado a surfar na onda da fotografia, que se transformava em um hobby cada vez mais acessível e presente na vida das pessoas. A primeira loja da marca Fotoptica, na Rua São Bento, centro da cidade, logo se tornou ponto de encontro de fotógrafos amadores e profissionais, além de atender quem buscava aviar uma receita de óculos.

Nascido em Budapeste, em 1924, Thomaz Jorge Farkas, filho de Dészso (Desidério) Farkas e Teréz (Thereza) Hatschek, chegou ao Brasil com cinco anos de idade e logo estava integrado ao negócio da família. Enquanto pai e mãe trabalhavam, dedicando-se ao balcão e ao caixa, ele vendia os primeiros álbuns de fotos e cartões

postais da cidade, clicados pelo fotógrafo Theodor Preising. Aos oito anos, o pequeno ganha a primeira máquina fotográfica, iniciando uma carreira pioneira na moderna fotografia brasileira — que, por meio de novos enquadramentos e pontos de vista inusitados, buscava uma estética específica para essa linguagem artística. Em passeios de bicicleta pela cidade, com o aparelho a tiracolo, começa a documentar a metrópole em formação: em 1936, fotografa a passagem do dirigível Zeppelin e, em 1940, registra a inauguração do Estádio do Pacaembu.

“Era muito fácil fotografar São Paulo nos anos 1940. Ninguém chateava, você podia fotografar o que quisesse. Era uma delícia. Você saía com a máquina sem o risco de ela ser roubada”, recorda, nas memórias da urbe reunidas no livro *Alguma coisa acontece: a cidade de São Paulo em 22 depoimentos* (Editora Senac, 2005). À época, Farkas morava na região, por isso, pôde fotografar a construção do estádio praticamente do quintal de casa.

Em 1942, aos 18 anos, já era sócio do influente Foto Cine Clube Bandeirante, o mais avançado centro de debates sobre fotografia da cidade. A principal influência no período foi o movimento norte-americano da fotografia direta, que teve, dentre os principais representantes, Paul Strand (1890–1976), Anselm Adams (1902–1984) e Edward Weston (1886–1964), de quem Farkas se tornou correspondente.

Engenheiro formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP) em 1947, nunca exerceu a profissão, mas aproveitou as viagens durante o curso para retratar usinas hidrelétricas. Foi nesse período também que os interesses se ampliaram, e seu trabalho se voltou a uma visão humanista, em abordagem mais próxima do fotojornalismo e da fotografia documental. Em 1946, faz, para a *Revista Rio*, reportagem fotográfica que retrata a vida dos moradores de bairros populares e regiões do centro histórico da então capital federal. No mesmo ano, fotografa as coreografias do balé russo e do Ballet des Champs-Élysées, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Passa a frequentar a Sociedade Fluminense de Fotografia e faz amizade com os fotógrafos José Medeiros e José Oiticica Filho.

O ano de 1949 é marcante na vida de Farkas. Casa-se, em março, com Melanie Rechulski, com quem teria quatro filhos: Beatriz, Pedro, João e Kiko. Em maio, tem trabalhos exibidos em mostra coletiva do Museu de Arte Moderna de Nova York — e sete de suas obras passam a integrar o acervo da instituição. Em dezembro, naturaliza-se brasileiro. No fim dos anos 1950, viaja algumas vezes a Brasília para registrar as obras da nova capital brasileira. Em 1960, fotografa a inauguração da cidade, documentando imagens da festa e da aclamação popular do presidente Juscelino Kubitschek. No mesmo ano, após o falecimento do pai, assume a direção da Fotoptica, função que exerceria até 1987, quando a rede de lojas é vendida. Sob a sua direção, na década de 1970, é lançada a revista *Fotoptica*, com ensaios de fotógrafos brasileiros e internacionais. Também é fundada, com a parceria da arquiteta e curadora independente Rosely Nakagawa, a Galeria Fotoptica, primeira do País dedicada exclusivamente à fotografia.

A despeito da própria obra e de suas ações empresariais terem contribuído para elevar o

reconhecimento social dos profissionais da fotografia no Brasil, Farkas atribuiu o mérito principal das conquistas da categoria ao fotógrafo francês aqui radicado Jean Manzon, responsável pelas grandes reportagens fotográficas das revistas *Cruzeiro* e *Manchete*. “Antes dele, o fotógrafo era um pária. Você entrava pela cozinha para fotografar qualquer evento, sabe?! O fotógrafo era malvisto e mal pago.”

Durante os Anos de Chumbo, emerge em Farkas o homem de cinema, apaixonado de juventude que o leva a produzir e financiar a série de documentários *A condição brasileira*. Equipes sob a sua coordenação viajam por todo o País para registrar facetas então pouco conhecidas da vida na periferia das grandes cidades e nos Estados do Norte e do Nordeste, um projeto conhecido como *Caravana Farkas*. Acusado de colaborar com a guerrilha, passa uma semana preso no Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), órgão repressivo do regime militar brasileiro.

A exposição individual *Thomaz Farkas, fotógrafo*, no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP), realizada em 1997 (a primeira desde 1949), revela, finalmente, ao grande público uma visão abrangente das muitas linhas de força da sua vasta obra fotográfica. Nesse conjunto, convivem extremos, como os rigorosos e elegantes estudos de movimento e de corpos em contraluz que produziu sobre o tema do balé e a série de imagens coloridas acerca da pobreza brasileira, que realizou nos anos 1970 no Amazonas e na Bahia. Farkas morreu em 2011, aos 86 anos. O ofício da imagem, iniciado pelo avô na Hungria e trazido pelo pai, foi por ele transmitido a filhos e netos. Numa parceria feita pelo próprio Farkas, o Instituto Moreira Salles (IMS) tem a guarda e a preservação da sua obra, composta por mais de 34 mil imagens que cobrem o período entre as décadas de 1940 e 1990.

&



ANTES

Prometo acabar com o esgoto a céu aberto!



DEPOIS

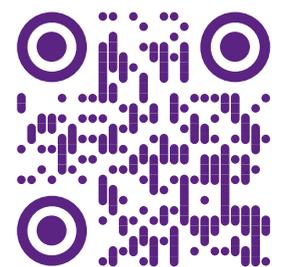


**A ciência
transforma
a sociedade.**

**Fortaleça
decisões,
impacte
vidas.**

bori

soluções para um conhecimento
científico acessível



abori.com.br

PRÓXIMA PARADA

Em frente

Empresário que usa o VT Certo não dorme no ponto.

Com o **VT Certo**, o associado **FecomercioSP** paga apenas **R\$ 5,00** no Vale-Transporte de metrô do seu funcionário. É uma **redução de 49 centavos/viagem** que, na ponta do lápis, representa, no mínimo, uma **economia de pelo menos R\$ 258,72/pessoa em um ano**.

Aí, você mesmo pode fazer as contas. Mas, com certeza, estamos falando de um excelente negócio para a sua empresa.

Até porque a contratação do VT Certo é totalmente gratuita.



Acesse o QR Code
e saiba mais

FECOMERCIO**SP**